



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
RHAÍSSA SHERI FREIRE DE SOUZA ROCHA

**O PAPEL DO CONSELHO DE CLASSE NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO
PEDAGÓGICO: O PROPOSTO, O DITO E O FEITO**

RHAÍSSA SHERI FREIRE DE SOUZA ROCHA

Brasília - DF

2019

RHAÍSSA SHERI FREIRE DE SOUZA ROCHA

**O PAPEL DO CONSELHO DE CLASSE NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO
PEDAGÓGICO: O PROPOSTO, O DITO E O FEITO**

Trabalho Final de Curso apresentado à comissão examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção de licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Edileuza Fernandes Silva.

Brasília – DF
2019

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

RR672p

Rocha, Rhaïssa Sheri Freire de Souza

O papel do conselho de classe na organização do trabalho pedagógico: o proposto, o dito e o feito / Rhaïssa Sheri Freire de Souza Rocha; orientador Edileuza Fernandes Silva. -- Brasília, 2019.

56 p.

Monografia (Graduação - Pedagogia) -- Universidade de Brasília, 2019.

1. Conselho de Classe. 2. Organização do trabalho pedagógico. 3. Ensino fundamental I. I. Silva, Edileuza Fernandes, orient. II. Título.

RHAÍSSA SHERI FREIRE DE SOUZA ROCHA

**O PAPEL DO CONSELHO DE CLASSE NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO
PEDAGÓGICO: O PROPOSTO, O DITO E O FEITO**

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Edileuza Fernandes Silva (orientadora)

Faculdade de Educação – FE/UnB

Prof.^a Dr.^a Paula Gomes de Oliveira (examinadora)

Faculdade de Educação – FE/UnB Faculdade de Educação

Prof.^a Dr.^a Rosana César de Arruda Fernandes (examinadora)

Faculdade de Educação – FE/UnB

Prof.^a Ms^a Flávia Regina Vieira dos Santos (suplente)

Secretaria de Estado de Educação do DF - SEE/DF

Brasília, 05 de julho de 2019.

À Jesus, por quem eu vivo. Ao meu esposo e fiel
companheiro de vida. Aos meus pais, minhas
referências de dedicação e esforço. Aos meus
avós maternos e seu inexplicável amor por mim.

AGRADECIMENTOS

Reconheço e valorizo todo o amor dispensado a mim no decorrer de toda a minha vida, especialmente durante esses cinco anos de curso. São muitas as pessoas que contribuíram para que eu me formasse como pessoa e profissional durante a caminhada, mas aqui referencio aquelas que foram indispensáveis nesse processo.

Primeiramente agradeço a Deus, meu maior amor, meu pai, meu conselheiro, meu incentivador e meu melhor amigo. Aquele que me faz melhor, que me molda, me faz crescer. É por quem eu vivo e sou, “porque dEle, por Ele e para Ele são todas as coisas”.

Ao meu esposo, companheiro de vida, amigo e amor, Abraão Matos, que dedicou seu tempo e esforço em cuidar da nossa família me incentivando a persistir na jornada acadêmica. Aquele que divide comigo o espaço, a vida, os sonhos, planejamentos, angústias, choros e sorrisos. Essa conquista é nossa, sem você jamais seria possível!

À minha família, especialmente aos meus pais, Robson e Marlúcia, por serem a minha inspiração na busca pelo conhecimento e amadurecimento. Vocês são meus referenciais de competência e excelência! Aos meus avós, Maria e Osório, por serem os principais responsáveis pela construção dos meus valores e princípios, por me apresentarem Jesus, por facilitarem a minha caminhada e principalmente por atuarem com as maiores formas de amor possíveis por mim.

Aos meus amigos, Ronald e Taienna, Tilla e João, Gabriela e Junio, Pr. Bruno e Mandy, Dani e Alexandre, Carol Matsumoto e Junior, Pri e Rafa, vocês vibraram comigo a cada conquista, foram pacientes, compreensivos e prestativos. À Bruna Cabral e Samara Rosa que se comprometeram em revisar o texto e me auxiliaram com excelência. Estamos crescendo juntos e eu amo muito vocês!

À minha família PIB Gama, o lugar onde eu me sinto muito bem. Aos companheiros de ministérios e filhos espirituais. Aos meus pais espirituais Pr. Edson e Pra. Talita que seguraram as barras mais pesadas e me amaram a despeito de tudo que já fiz e fui. Obrigada por acreditarem em mim e me impulsionarem a crescer em todas as áreas da minha vida. Eu não vejo mais a minha vida sem viver esse amor e cuidado!

Aos meus professores da educação básica, sou extremamente grata a vocês que contribuíram com a minha formação escolar.

Aos professores da Universidade de Brasília, verdadeiras inspirações, me colocando para refletir através de aulas tão maravilhosas, em especial, Nathalia Cassettari, Juliana Lopes, Milene Soares, Amanda Rodegheri, Paula Gomes e Rainri Back, suas aulas estão marcadas em mim, seus ensinamentos ultrapassam as paredes da universidade, vocês são exemplos de profissionais. Foi uma honra ter sido aluna de vocês.

Em especial, agradeço à professora Dr^a Edileuza Fernandes Silva, orientadora, que me acolheu e ensinou como estudante e pesquisadora de iniciação científica e me auxiliou para que concluísse este trabalho, sendo paciente, atenciosa e prestativa. Me oportunizou vivências significativas na troca com os colegas do grupo de mestrado, nos estágios e campo de pesquisa, bem como me incentivou a ser melhor, mesmo quando eu não sabia mais para onde ir. Serei eternamente grata à rica formação que me proporcionou na graduação, pesquisa científica e na vida. Meu sincero obrigada!

À equipe gestora e professoras da escola que me acolheram, para que eu pudesse realizar a minha pesquisa, aprendi muito com vocês.

E a todos que tornaram este trabalho possível, o meu sincero obrigada!

“O povo que busca a justiça de Deus em primeiro lugar alcançará seus objetivos e celebrará a sua felicidade.”

(Helgir Girodo)

RESUMO

Com o intuito de contribuir para ampliar o debate sobre conselho de classe e trabalho pedagógico, parto do pressuposto de que as discussões e processos vividos no conselho de classe interferem nas práticas pedagógicas do professor em sala de aula. A partir disso, este estudo tem como objetivo geral analisar as contribuições das reuniões do conselho de classe para a organização do trabalho pedagógico de uma docente dos anos iniciais do ensino fundamental de uma escola pública do Gama-DF. A pesquisa de abordagem qualitativa foi desenvolvida por meio de Estudo de Caso. Para levantar os dados utilizei análise documental do projeto político-pedagógico da escola, observação do conselho de classe e entrevista semiestruturada com uma professora atuante no 3º ano do BIA e um representante da equipe gestora da escola a fim de identificar suas concepções acerca do objeto pesquisado. Para contribuir com os pilares teóricos deste trabalho, conto com os autores Villas Boas e colaboradores, Santos, Dalben, Soares e Fernandes e Diretrizes de Avaliação da Secretaria do Estado de Educação, referências para as escolas públicas do Distrito Federal. No transcorrer do texto, com base nos dados obtidos é possível notar que a lógica de avaliação classificatória e excludente que orienta o conselho de classe influencia o trabalho pedagógico do professor em sala de aula, especificamente nas práticas avaliativas.

Palavras-Chave: Conselho de classe. Organização do trabalho pedagógico. Avaliação formativa.

ABSTRACT

With the intention of contributing to broaden the debate about class council and pedagogical work, I assume that the discussions and processes experienced in the class council interfere in the pedagogical practices of the teacher in the classroom. From this, this study has as general objective to analyze the contributions of the meetings of the class council for the organization of the pedagogical work of a teacher of the initial years of elementary education of a public school of the Gama-DF. The qualitative approach research was developed through a Case Study. To collect the data, I used documentary analysis of the political-pedagogical project of the school, observation of the class council and semi-structured interview with a teacher acting in the 3rd year of the BIA and a representative of the management team of the school in order to identify their conceptions about the object searched . To contribute to the theoretical pillars of this work, I have Villas Boas, Santos, Dalben, Soares and Fernandes and Evaluation Guidelines of the State Secretariat of Education, references to the public schools of the Federal District. Throughout the text, based on the data obtained, it is possible to note that the classification and exclusionary logic that guides the class council influences the pedagogical work of the teacher in the classroom, specifically in the evaluation practices.

Keywords: Class council. Organization of pedagogical work. Formative evaluation.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BIA – Bloco Inicial de Alfabetização

CEDF – Conselho de Educação do Distrito Federal

DF – DISTRITO FEDERAL

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PPP – Projeto Político-Pedagógico

ProIC – Programa da Iniciação Científica

SEEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
MEMORIAL: O VÍNCULO DA MINHA TRAJETÓRIA COM O TEMA	
PESQUISADO.....	14
1 INTRODUÇÃO.....	18
2 O CONSELHO DE CLASSE E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	
PEDAGÓGICO.....	22
2.1 A constituição legal de conselho de classe.....	22
2.2 O conselho de classe no Distrito Federal	23
2.3 A organização do trabalho pedagógico.....	25
3 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	27
3.1 Abordagem metodológica e tipo de pesquisa	27
3.2 Caracterização da realidade pesquisada: a escola.....	27
3.3 Caracterização da professora e do gestor participante da pesquisa.....	29
3.4 Procedimento para levantamento de dados.....	30
3.4.1 Observação.....	30
3.4.2 Análise de dados.....	30
3.4.3 Entrevista semiestruturada.....	31
4 CONSELHO DE CLASSE: O PROPOSTO, O DITO E O FEITO.....	32
4.1 Conselho de classe: o proposto.....	32
4.2 Conselho de classe: o dito.....	34
4.3 Conselho de classe: o feito.....	43
4.4 As práticas de avaliação discutidas no conselho de classe.....	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
6 PROJETO PESSOAL, ACADÊMICO E PROFISSIONAL: PERSPECTIVAS DE	
FUTURO.....	52
REFERÊNCIAS.....	53
APÊNDICES.....	56

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	56
APÊNDICE B – Questionário de caracterização.....	58
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista – semiestruturada.....	60

APRESENTAÇÃO

Este é um Trabalho Final de Curso (TFC)¹ apresentado à Universidade de Brasília (UnB) para obtenção do título de licenciada em Pedagogia. O trabalho se estrutura inicialmente com o memorial, que demonstra o vínculo de minha trajetória pessoal e acadêmica com a pesquisa, apontando as dificuldades e as conquistas adquiridas nas experiências que contribuíram para que eu me interessasse por questões relacionadas à educação, a ponto de ser esta a minha opção profissional. Estabeleço também, relação entre as minhas vivências e o tema pesquisado. Na segunda parte apresento a fundamentação teórica acerca do conselho de classe e sua representação na escola. Na sequência apresento o percurso metodológico explicitando a abordagem e o tipo de pesquisa, os procedimentos utilizados e a caracterização da professora e gestor participantes da pesquisa e do contexto observado.

No capítulo intitulado: O conselho de classe e a organização do trabalho pedagógico: o proposto, o dito e o feito, analiso os dados a partir da interpretação das informações levantadas no Regimento da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2015) e das Diretrizes de Avaliação da SEEDF (DISTRITO FEDERAL, 2014b), entrevistas semiestruturadas realizadas com a professora e com o gestor e observações de 24 horas de conselho de classe de uma escola localizada na Cidade do Gama, Distrito Federal (DF).

Por fim, apresento as considerações finais e as perspectivas futuras em relação à minha trajetória profissional e acadêmica.

¹ O presente relatório segue as normas da ABNT – NBR 14.724:2011.

MEMORIAL: O VÍNCULO DE MINHA TRAJETÓRIA COM O TEMA PESQUISADO

O meu primeiro contato com a escola se deu aos quatro anos de idade na rede particular de ensino e, naquela época, acreditava que cada professor avaliava sua turma e ao final de cada bimestre entregava as notas para os pais dizendo se os filhos eram muito bons ou não.

O choque de realidade com a escola pública e a transição da 4ª para a 5ª série se deu aos 10 anos de idade quando meus pais se divorciaram e nos mudamos para uma casa perto da minha avó, na cidade do Gama/DF. A partir da inserção nessa nova realidade que para mim era um universo completamente diferente daquele ao qual eu estava habituada, ouvi falar um dia a respeito de algo chamado conselho de classe. O terrível e temido conselho de classe onde os nossos professores (que antes era apenas um e então passaram a ser vários) decidiam juntos quem passava de ano e quem reprovava. Isso foi tão erroneamente implementado na minha mente e acreditava que não adiantaria ter tirado notas boas em todas as provas se tínhamos um comportamento ruim, os professores poderiam decidir nos reprovar. Eu tinha pavor de pensar na possibilidade de um dia reprovar!

Desde a quinta série até o final do ensino médio, eu acreditei no terrível potencial de destruição do temido conselho de classe. Inclusive por ter passado por um episódio com um professor na 6ª série que usou a reunião do conselho de classe para ameaçar a turma dizendo: “você sabem que se eu não deixar, não adianta outros professores defenderem vocês né?! Porque basta um voto contra e vocês reprovam”. Aquilo me aterrorizou, mas me mantive sossegada durante as aulas, até porque eu entendia que minhas boas notas não seriam suficientes, eu precisava parar de tagarelar dentro de sala de aula.

Nunca perguntei o que era de verdade o conselho de classe para alguém que fosse me responder coerentemente. As poucas vezes que ainda cogitei procurar por respostas a respeito do que realmente se tratava, algum colega de classe afirmava: “é onde os professores decidem quem fica e quem passa”. Nos dias de conselho referentes à minha turma, eu não tinha que ir à escola e ficava em casa pensando no que poderia estar acontecendo lá.

Com o passar dos anos fui acreditando que eu era mesmo uma boa aluna, afinal nunca tinham decidido no conselho de classe que me reprovariam. E eu me perguntava: “eu mal conheço os professores que tenho, será que eles sabem identificar cada aluno?”. Preferia permanecer sem aparecer muito em sala de aula para que eles não soubessem quem era eu quando se reunissem em conselho de classe.

No segundo ano do ensino médio, consegui uma bolsa de estudo em uma escola particular e novamente pensei: “estou salva! Adeus conselho de classe!”. Descansei e ignorei o fato de aquilo existir ou não na escola onde eu estudaria, até porque não se falava em conselho e não tinha essa questão de não ter aula porque os professores estavam todos trancados dentro de uma sala escura e fria por três dias para decidir se “ferravam” ou não com a vida dos alunos.

O ingresso no ensino superior se deu no meio do terceiro ano. Passei no vestibular da Universidade de Brasília - UnB para o curso de ciências contábeis e me achava muito inteligente porque fazia um curso que todo mundo achava difícil. Não me identifiquei, entrei em depressão, em seguida em condição, fui desligada, tentei reintegração, não consegui, tentei suicídio e sofri muito as consequências dos acontecimentos. Um ano depois eu decidi tentar o vestibular novamente para pedagogia porque era o curso mais fácil de passar na UnB (as pessoas diziam). Eu só queria voltar para a universidade, parar de mentir para os meus parentes que estavam esperando que eu me formasse, mas na realidade eu já estava há dois anos sem frequentar uma sala de aula. Eu havia sido desligada.

No primeiro dia de aula fui surpreendida com o trote do professor carrasco (famoso no curso de Pedagogia – UnB) em que um veterano do curso encena, no papel de professor, uma “acolhida” repleta de comportamentos abusivos por parte do falso docente e com a ajuda de outros veteranos que estão infiltrados entre os calouros provocam pavor nos recém-ingressantes do curso. Ao findarem a cena, os veteranos se revelaram como alunos e propuseram uma reflexão a respeito de não aceitarmos abuso moral, de autoridade e nem me lembro mais direito de que tipos de coisas nós fomos encorajados a lutar contra. A partir daquele momento me senti inserida em um novo mundo do qual eu nunca havia feito parte. Dias depois, participei da recepção aos calouros e lá havia brinquedos, pintura de rosto e um apadrinhamento de veteranos com calouros onde doávamos absorventes para o presídio feminino ou brinquedos para crianças carentes e recebíamos um padrinho para nos ajudar no decorrer da nossa vida acadêmica.

Nesse dia, eu senti a tranquilidade de estar em um lugar onde eu não precisei fugir para não cortarem meu cabelo ou me embebedarem para que eu fizesse coisas das quais não fazem parte de quem eu sou. Eu me percebi em um mundo diferente, em um prédio diferente dentro da Universidade e acabei decidindo por viver o que naquele momento e lugar poderiam me proporcionar. Aquilo me trouxe uma memória do ser criança e começou a me mostrar o quanto eu tinha lembranças de todos os meus professores da infância, mas não me lembrava exatamente de todos os mais recentes do ensino médio, ou até mesmo todos da primeira graduação.

O primeiro semestre foi profundo e eu cursei disciplinas que me fizeram refletir sobre a minha vida. O segundo foi difícil, eu estava em dúvida, estava trabalhando o dia todo e

estudando à noite e eu acabei fazendo um trancamento geral. No terceiro, eu recobrei as forças e comecei a buscar conhecimento sobre a profissão, entender o formato do curso e dos projetos e identificar no que eu gostaria de trabalhar.

Eu encontrei alguém que eu sabia que era muito boa no que fazia, mas não tinha dimensão de absolutamente nada do que ela realmente era: a professora Edileuza. Corri atrás dela como se corre atrás de alguém para conquistar e se casar. Que casamento! Ela me direcionou para um caminho de amadurecimento e me fez buscar e estudar o que eu jamais procuraria entender se não a tivesse conhecido. Ela me fez correr atrás da sua aceleração se eu quisesse acompanhá-la, incendiou-me com ideias, corrigiu-me, fez-me chorar, fez-me sorrir, fez-me crescer.

Na minha primeira experiência de estágio, ela me fez passar por todas as áreas de uma escola, me fez conhecer dentro e fora de sala de aula, me fez “ralar” muito mais horas do que eu pensava que seriam as obrigatórias para cumprir. Vivenciei o espaço de sala de aula com horas de observação e regência e pude conversar e conhecer professoras que relataram suas experiências na profissão. Um estágio que deveria durar 90 horas e me permitir apenas conhecer a escola e suas instalações, por se tratar de um momento de inserção inicial em campo, desencadeou sentimento de indignação e dúvida sobre como se faz educação. Foi o despertamento para a busca e o mergulhar no campo de pesquisa.

E foi ali, naquela reunião de conselho de classe que eu pensei: finalmente eu vou saber o que acontece dentro da sala escura e fria em que os professores se trancam por três dias para decidir quem passa e quem fica. Eu me senti participante de tudo o que estava acontecendo ali. A supervisora me apresentou e informou ao corpo docente, presente na reunião, que eu estaria presente naqueles dias e acompanharia o trabalho feito.

Percebi a cautela das professoras no primeiro dia, elas pareciam receosas em falar tudo o que pensavam por se tratar da presença de alguém externo ali. Aos poucos, a entonação das vozes foram se modificando, a postura e o comportamento também. Elas estavam ali para avaliar e percebi que eu estava avaliando cada uma delas em suas formas de avaliar.

Eu pude ver que aquele espaço não era exatamente o que eu pensava, mas que tinha muito do que eu inconscientemente já sabia. Não era uma sala escura e fria e nem ouvi vereditos como “É um bom aluno, mas vou reprová-lo por conversar demais”. Mas ouvi outros vereditos como “Fulano não tem jeito” ou “Ele não aprende” e pior ainda “A família é daquele jeito, então não tem como esperar algo melhor”. A primeira fase do estágio obrigatório se deu no primeiro semestre de 2018, mas as angústias geradas no meu coração me impulsionaram a

retornar para a mesma escola no semestre seguinte, na busca por respostas mais concretas e pela oportunidade da continuidade no acompanhamento das atividades observadas na escola.

Nessa experiência, mais madura e certa de que me formaria em Pedagogia e de que estava realmente concluindo um curso que tinha totalmente a ver comigo e com o que eu gosto de fazer, eu tive a segurança e confiança de estar no lugar certo, no curso certo, com a orientadora certa e feliz.

Eu acompanhei tudo, fiz meu relatório de estágio e também muitas descobertas. Deixei aquela escola com muitos pensamentos em mente e sem conseguir organizá-los, a Edileuza sentou comigo e me disse: “você tem veia de pesquisadora! Vamos investir nisso!”. Ela me convidou para participar do Programa de Iniciação Científica (ProIC) e quando estávamos decidindo os temas, lá estava ele dentre as opções: o conselho de classe na organização do trabalho pedagógico. Era tudo que eu queria saber a vida inteira! Para que servia o conselho de classe. Porque ele influenciava tanto na decisão dos meus professores sobre mim? Comecei a pesquisar para o Programa de Iniciação Científica e por fim, decidimos que esse seria meu tema de Trabalho Final de Curso.

1 INTRODUÇÃO

As avaliações feitas ao longo da vida influenciam positiva ou negativamente o desenvolvimento de qualquer indivíduo no desempenho de suas atividades, seja esse indivíduo o avaliador ou o avaliado. O resultado de uma avaliação ou a forma com que ela é aplicada, pode gerar soluções práticas e positivas que contribuam para o objeto pelo qual se está avaliando, bem como pode desencadear comportamentos aversivos e até mesmo situações constrangedoras diante do indivíduo avaliado e de quem o está avaliando (VILLAS BOAS, 2007, p. 103).

O conselho de classe, entendido como um dos espaços de avaliação na escola e objeto deste estudo, tem sua origem na França e o processo de instituição desse colegiado no Brasil e Distrito Federal durou cerca de 30 anos, sendo sua forma e aplicabilidade discutida até os dias atuais (SANTOS, 2006, p. 19-24).

O Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal em seu artigo 29 dispõe que “O conselho de classe é órgão colegiado integrante da Gestão Democrática e se destina a acompanhar e avaliar o processo de educação, de ensino e das aprendizagens” (DISTRITO FEDERAL, 2015), contribuindo para reorganizar o trabalho pedagógico da escola como um todo e da sala de aula, com vistas às aprendizagens dos alunos. O acompanhamento pressupõe a observação e a tomada de decisões e ações que contribuam para o processo de educação, de ensino e das aprendizagens. A avaliação permite o diagnóstico que gera subsídios para que esse acompanhamento seja eficaz, ou seja, promova mudanças e ressignificações que gerem mudanças e resultados positivos (VILLAS BOAS, 2017, p. 157).

Para dar início ao estudo, foram pesquisadas informações para articular a senso teórico e a prática observada e problematizada em um processo que envolveu a estudante, a professora orientadora e os profissionais da escola estudada.

A pesquisa foi realizada em um centro educacional, vinculado à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) localizada na cidade do Gama durante o segundo semestre de 2018. No decorrer da graduação a oportunidade de conhecer e vivenciar a prática do conselho de classe no ProIC proporcionou apontamentos que divergiam do que era proposto na pauta da própria reunião, bem como pelos documentos oficiais norteadores desse processo.

A pesquisa em bancos de dados para conhecer o estado de conhecimento sobre conselho de classe ocorreu no segundo semestre de 2018. A pesquisa foi realizada por meio de consulta

ao Repositório da Biblioteca Central (BCE) – UnB e à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Produções sobre conselho de classe

TÍTULO	AUTOR	ANO	FONTE	VIA
Conselho de classe: que espaço é esse?	Mônica Galante Gorini Guerra	2006	Dissertação	BDTD
“Promovido pelo Conselho de Classe” ou “Retido no Ciclo II” – Qual é a diferença?	Neyliane Rocha da Silva de Souza	2006	Dissertação	BDTD
Conselho de Classe: instância de avaliação coletiva numa perspectiva participativa	Claudinete Maria dos Santos	2012	Dissertação	BDTD
Conselho de classe: o funcionamento de um espaço político-pedagógico a ser ressignificado	Marília Soares Ricardo Lopes	2016	Dissertação	BDTD
Os ciclos e os conselhos de classe: o êxito e o fracasso escolar (ainda) em questão	Isabel Cristina Rodrigues	2010	Dissertação	BDTD
O conselho de classe como instrumento de gestão pedagógica e de planejamento do trabalho escolar	Waldirene Rodrigues Silva e Silva	2017	Dissertação	BDTD
Conselho de classe: a construção de um espaço de avaliação coletiva	Flávia Regina Vieira dos Santos	2006	Dissertação	BCE

O recorte utilizado para a busca de pesquisas que abordassem o conselho de classe teve como base os últimos 15 anos que compreende o espaço temporal de 2003 a 2018. Percebe-se, por meio do levantamento de estudos, que o território investigativo da pesquisa se frutifica, majoritariamente, nos programas de pós-graduação *stricto sensu*. As autoras dos trabalhos

encontrados ressaltam em suas produções, a relevância do conselho de classe como espaço de construção coletiva que contribui para o processo de ensino aprendizagem, propondo para os atores envolvidos no ato educativo reflexões sobre as práticas avaliativas, interpretar o trabalho pedagógico e a utilização adequada desse espaço de avaliação e ressignificação de práticas pedagógicas.

A pesquisa teve o intuito de discutir acerca da contribuição que o conselho de classe pode trazer para a organização do trabalho pedagógico de uma professora atuante no período de retenção do Bloco Inicial de Alfabetização – 3º ano do BIA². Diante do exposto apresenta-se como **questão central de pesquisa:**

✓ Qual é o papel do conselho de classe para a organização do trabalho pedagógico de uma docente dos anos iniciais do ensino fundamental de uma escola pública do Gama-DF?

Partindo da questão central foi estabelecido como **objetivo geral** da pesquisa.

✓ Analisar as contribuições das reuniões do conselho de classe para a organização do trabalho pedagógico de uma docente dos anos iniciais do ensino fundamental de uma escola pública do Gama-DF.

Como questões correlacionadas:

✓ Quais são os pressupostos teóricos que embasam o conselho de classe na escola?

✓ Qual é a concepção de conselho de classe expressa pela professora e pelo gestor da escola?

✓ Quais são as contribuições das discussões do conselho de classe para a organização do trabalho pedagógico da professora?

Para melhor encaminhamento da pesquisa, os **objetivos específicos** foram:

✓ Discutir os pressupostos teóricos que embasam o conselho de classe na escola;

✓ Discutir as concepções de conselho de classe expressas pela professora e gestor da escola;

✓ Compreender as contribuições das discussões do conselho de classe para o trabalho pedagógico da professora.

² Bloco Inicial de Alfabetização - é uma organização escolar em ciclos para a aprendizagem que pressupõe mudanças nas concepções de ensino, aprendizagem e avaliação, e, conseqüentemente, na organização do trabalho pedagógico. A lógica do BIA é para as aprendizagens em um processo de progressão continuada. No terceiro ano do BIA admite-se a reprovação, no entanto o processo de avaliação proposto tem a função formativa.

A seguir será discutido no Capítulo 1 o referencial teórico que subsidiará a análise dos dados em um processo de articulação teoria-prática.

2 O CONSELHO DE CLASSE E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

2.1 A constituição legal do conselho de classe

O conselho de classe tem sua fundamentação estabelecida muito antes de surgirem os documentos que atualmente regem o funcionamento desse colegiado no Distrito Federal. Dalben (1995) aborda a experiência francesa como referência no estabelecimento do conselho que tinha como objetivo principal observar os alunos continuamente para que, a partir de seus gostos e aptidões, houvesse um direcionamento classificatório que determinava a vida futura de cada um na educação clássica ou técnica. Segundo Dalben (2004) essa experiência chega ao Brasil, nas décadas de 60 e 70 através de educadores brasileiros que vivenciaram a implantação dos conselhos de classes na França, motivados pelo movimento da escola nova.

O conselho de classe passa a ter formalidade a partir da Lei nº 5.692/71 que dispunha das Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Dessa forma, abre a possibilidade de regulamentação do conselho a partir de regimentos aprovados pelos órgãos dos sistemas de ensino, desde que observadas as normas fixadas pelo respectivo Conselho de Educação (BRASIL, 1971; DALBEN, 1995).

O contexto político da época de aprovação da LDB exigia uma educação, orientada pelo tecnicismo, que atendesse às demandas econômicas do mercado de trabalho e incentivava a competitividade a partir de competências individuais. Posteriormente, nas décadas de 1980 e 1990, as mudanças políticas interferiram diretamente na educação, e com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96 exigiu-se a participação da comunidade na gestão escolar e a escola passa a ter novos objetivos e desafios. Conforme em seu artigo 14:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II- participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, p. 11)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, apesar de substituir a Lei nº 5.692/71, não dispõe especificamente do conselho de classe, deixando sua regulamentação a cargo do conselho de educação estadual (BRASIL, 1996).

2.2 O conselho de classe no Distrito Federal

Santos (2006) aborda a aprovação da Resolução nº 01/74 do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) a partir da Lei nº 5.692/71, que estabeleceu as normas de funcionamento das escolas de 1º e 2º graus no Distrito Federal e, pela primeira vez, se buscou institucionalizar o conselho de classe (BRASIL, 1971). Porém sua regulamentação oficial é dada somente em 1981 no regimento único para as escolas da rede oficial de ensino do Distrito Federal com apontamentos que objetivavam uma avaliação que visava apontar somente “problemas de aprendizagem” (SANTOS, 2006, p. 29 - 31).

A mesma autora trata das atualizações de resoluções que regem o conselho de classe e avalia que no percorrer deste processo evolutivo na legislação vigente, o modelo de avaliação e a função avaliativa do conselho de classe foi analisada, ponderada e alterada conforme se discutia a construção do processo de ensino-aprendizagem. Instituiu-se então, o conselho como uma comissão de professores para elaborar um parecer a respeito do aluno em detrimento do parecer de um único professor. E, apesar das controvérsias e polêmicas em torno da autonomia do resultado avaliativo do professor regente, o conselho de classe

[...] se propõe a avaliar a ação pedagógica e a aprendizagem, para que o trabalho do professor e do aluno sejam reorganizados, a fim de detectar necessidades e buscar novos caminhos. Observa-se outra sutil mudança na perspectiva da avaliação que já começa a ser vista como uma aliada do trabalho pedagógico. (SANTOS, 2006, p. 34).

A Resolução CEDF nº1 de 16/07/2009 em seu Artigo 154 torna obrigatório o conselho de classe a partir do 6º ano do ensino fundamental e no ensino médio. Dispõe também do objetivo desse conselho como o de proporcionar “o acompanhamento e a avaliação do processo de educação e ensino e da aprendizagem do estudante, incluindo o seu resultado final” (DISTRITO FEDERAL, 2009, p. 37). O parágrafo único acrescenta, além dos docentes, a participação do diretor da instituição ou seu representante e “sempre que necessário, profissionais especializados, representantes dos estudantes e pais ou responsáveis, conforme norma específica”, o que imprime ao conselho um caráter mais democrático e participativo no processo de avaliação do desempenho escolar do estudante (DISTRITO FEDERAL, 2009).

Em 2012, o CEDF altera a Resolução nº1 de 16/07/2009 e apresenta o conselho de classe como obrigatório em todas as etapas da educação básica visando a avaliação do processo de desenvolvimento do estudante, bem como sinaliza a participação obrigatória dentre os membros e do orientador educacional: “devem participar do conselho de classe: docentes, diretor da instituição educacional ou seu representante, orientador educacional e, sempre que necessário,

profissionais especializados e representantes dos estudantes e/ou pais.” (DISTRITO FEDERAL, 2012)

Em sua versão mais recente, a Resolução nº 01/2018 do Conselho de Educação do Distrito Federal considera em seu artigo 153 que o conselho de classe é:

Órgão colegiado consultivo e deliberativo, de caráter permanente, destina-se a acompanhar e avaliar o processo de educação, de ensino e de aprendizagem, obrigatório em todas as etapas e modalidades da Educação Básica e tem por objetivo o acompanhamento e a avaliação do processo de desenvolvimento do estudante, incluindo o seu resultado final.

§ 1º Devem participar do Conselho de Classe: docentes, diretor pedagógico da instituição educacional ou seu representante, coordenador pedagógico, orientador educacional e, sempre que necessário, outros profissionais especializados e representantes dos estudantes e/ou pais.

§ 2º As reuniões do Conselho de Classe devem ser registradas em ata própria, sendo suas deliberações descritas de forma pormenorizada. (DISTRITO FEDERAL, 2018a)

A atuação do conselho de classe se estende não somente em todas as etapas, mas também em todas as modalidades da educação básica e inclui como participante obrigatório de seu processo, o coordenador pedagógico. Acrescenta-se que o regimento escolar deve dispor da observação dos aspectos relativos ao acompanhamento e evolução do processo de aprendizagem, sendo o conselho um colegiado fundamental para isso (DISTRITO FEDERAL, 2018a).

O Regimento Escolar da Rede Pública de ensino do DF em vigor durante a realização da pesquisa define o conselho de classe como um órgão colegiado integrante da gestão democrática, ou seja, suas representações são diversas e suas decisões são tomadas em grupo (DISTRITO FEDERAL, 2015). A Lei de Gestão Democrática do Sistema Público de Ensino do DF, Lei nº 4.751 de 2012, também contempla o conselho de classe como um colegiado que se destina a “avaliar o processo de educação, de ensino e de aprendizagem, havendo tantos conselhos de classe quantas forem as turmas existentes na escola” (BRASIL, 2012, Art. 35). Visando o acompanhamento e a avaliação de desempenho dos processos educativos, ensino e aprendizagem, o conselho de classe é composto por professores das diversas disciplinas, juntamente com coordenadores pedagógicos ou mesmo supervisores e orientadores educacionais que compõem o corpo docente de determinadas séries ou ciclos. (DISTRITO FEDERAL, 2018a)

A dinâmica de organização do conselho é de autonomia da escola, com registros orientados por documentos que são enviados pela SEEDF. As Diretrizes de Avaliação Educacional da Secretaria de Educação (2014/2016) abordam que o conselho de classe serve para que haja um levantamento diagnóstico de dados que possibilitem uma autoavaliação da

escola a fim de promover ações que reorientem o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, atendendo às necessidades individuais de cada um deles (DISTRITO FEDERAL, 2014). O conselho não tem o objetivo de apresentar apenas o que é negativo ou frágil, mas também de abrir caminhos para novas perspectivas e ações que visam ao desenvolvimento de ações que repensem a prática pedagógica e possibilitem o alcance do sucesso no ensino e aprendizagem de todos os seus envolvidos (VILLAS BOAS, 2017, p. 103).

A partir das competências do conselho de classe apresentadas pelo Regimento Escolar da Rede Pública do DF (DISTRITO FEDERAL, 2015) percebe-se a preocupação em implementar e avaliar a execução do projeto político-pedagógico (PPP) na perspectiva formativa, bem como a análise ética de aspectos relativos à aprendizagem dos estudantes, considerando suas necessidades individuais, as intervenções realizadas, os avanços alcançados, as estratégias pedagógicas adotadas, os projetos interventivos e reagrupamentos. O conselho também delibera sobre os casos de aprovação e reprovação dos estudantes.

2.3 A Organização do trabalho pedagógico

A organização do trabalho pedagógico é sistematizada no projeto político-pedagógico da escola que segundo Veiga (2011, p. 12) é uma construção coletiva de realização futura, baseada nas possibilidades do presente, com intenções explícitas de direcionamento para o desenvolvimento de ações que contribuam para a “formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo” que é a função da escola.

O Projeto Político-Pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. (Idem p. 14)

O PPP tem como objetivo caracterizar a realidade escolar e traçar objetivos e metas que atendem às necessidades individuais daquela realidade e contexto. Construído a partir do trabalho coletivo da comunidade escolar envolvida, o PPP busca documentar o diagnóstico da referida escola e propõe objetivos práticos viáveis e alcançáveis para que de fato seja o documento norteador de todo o trabalho a ser desenvolvido.

Santos (2006, p. 23) destaca que o conselho de classe como colegiado de avaliação da aprendizagem e da própria escola, deve ser contemplado no PPP, tendo em vista ser um dos

colegiados cujas discussões favorecem a reorganização do trabalho pedagógico da escola (DISTRITO FEDERAL, 2018a).

O trabalho pedagógico é entendido como “o trabalho realizado pela escola como um todo e, em sentido restrito, resulta da interação do professor com seus alunos em sala de aula, convencional e em outros espaços” (FERNANDES SILVA, 2017). Portanto o trabalho pedagógico desempenhado não se restringe somente ao desenvolvimento do professor em sala de aula para com os seus alunos, mas compreende uma estrutura que envolve toda a escola e seus ambientes de aprendizagem que, não necessariamente é a sala de aula convencional.

A partir dessa discussão teórica procuremos no capítulo da análise dos dados compreender a relação entre o conselho de classe e o trabalho pedagógico de uma professora dos anos iniciais do ensino fundamental. Antes, será apresentado o percurso metodológico da pesquisa.

3 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

3.1 Abordagem metodológica e tipo de pesquisa

A abordagem metodológica da pesquisa foi de suma importância para o alcance do objetivo de analisar as contribuições das reuniões do conselho de classe para a organização do trabalho pedagógico de uma docente dos anos iniciais do ensino fundamental de uma escola pública do Gama-DF. A pesquisa de abordagem qualitativa que de acordo com Ludke e André (1986, p. 11) considerou “o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento” e por esse motivo, os dados levantados possuem descrição fática dos acontecimentos e o processo se tornou mais importante do que o produto. Pesquisar qualitativamente o conselho de classe, representa analisá-lo na prática a partir da perspectiva da pesquisadora e dos participantes.

A opção pelo estudo de caso considerou o contexto específico e sua análise. Isso porque, mesmo que anteriormente aplicada em outro ambiente, o estudo sempre incorrerá em caráter específico e individual do caso estudado e suas características peculiares e singulares, no caso, o conselho de classe da escola classe do Gama-DF.

A análise do conselho de classe, pela complexidade que o envolve demandou um olhar cuidadoso e atento ao seu processo e às suas contribuições para o trabalho pedagógico da professora participante da pesquisa.

3.2 Caracterização da realidade pesquisada: a escola

A escola pesquisada, instituição da rede pública de ensino do Distrito Federal, situa-se na cidade do Gama/DF. Segundo dados coletados a partir do PPP da escola pesquisada (DISTRITO FEDERAL, 2018b), constitui-se como escola inclusiva, ou seja, que garante a qualidade e ensino a todos os educandos de acordo com suas necessidades e atualmente, oferece educação infantil, ensino fundamental 1º e 2º ciclos e educação integral. A comunidade escolar local é bastante diversificada e heterogênea no que se refere ao nível sócio econômico e cultural. Possui uma clientela oriunda de famílias residentes em casa própria, outras alugadas e de famílias provenientes de chácaras.

A escola está inserida em um dos setores da cidade onde não existem muitas opções de lazer, tem apenas uma quadra de esportes, o comércio é próximo e bem diversificado, há serviços públicos na área de saúde embora precários, conta com um posto de saúde.

A fragilidade encontrada pelos professores nos educandos além das relacionadas ao acesso à cultura, refere-se ao pouco apoio das famílias no desenvolvimento das crianças, no tocante ao acompanhamento pedagógico. Em contrapartida, entre as potencialidades apontadas estão o vínculo afetivo pela escola por parte dos alunos, enxergar a escola como veículo de crescimento como ser humano e como futuros profissionais.

O Centro Educacional Cata-vento³ foi inaugurado no dia 20 de janeiro de 1964 quando atendia turmas de 1º a 4º séries⁴. A escola foi ampliada desde sua criação e hoje é composta por: três alas com cinco salas, totalizando 15 salas de aula; cantina; depósito de merenda; dois banheiros para educação infantil; dois banheiros para os alunos de anos iniciais; dois banheiros para os funcionários; secretaria; biblioteca; direção; administrativo; atendimento educacional especializado - AEE; serviço de orientação educacional - SOE; sala dos professores; cozinha; coordenação; almoxarifado; sala para funcionários (firma/terceirizados); banheiro para funcionários (firma/terceirizados).

É uma escola inclusiva e atualmente, oferece educação infantil, 1º e 2º períodos que atende crianças de 4 e 5 anos, bem como oferece o ensino fundamental anos iniciais e finais, atendendo crianças de 6 a 14 anos. Atende a 100 alunos na educação em tempo integral no ensino fundamental e turmas da educação infantil. As turmas são distribuídas da seguinte forma:

- Quatro turmas de 1º período – Educação Infantil;
- quatro turmas de 2º período – Educação Infantil;
- doze turmas do Bloco Inicial de Alfabetização – BIA, sendo quatro turmas de 1º anos, quatro turmas de 2º ano e quatro turmas de 3º ano;
- três turmas de 4º ano (2º Bloco do 2º Ciclo);
- três turmas de 5º ano (2º Bloco do 2º Ciclo).

Perfazendo um total de 26 turmas, divididas em dois turnos: 13 turmas no matutino e 13 turmas no vespertino, atendendo a um total de 503 alunos.

A equipe gestora é composta por um diretor, uma vice-diretora, uma supervisora pedagógica, uma secretária. O conselho escolar, previsto na Lei de Gestão democrática, é formado por um representante de cada segmento e tem poder deliberativo nas questões

³ Nome fictício utilizado para preservar a identidade da escola.

⁴ Denominação definida na LDB 4.024/64.

pedagógicas, administrativas e financeira. O corpo docente é constituído por 22 professores devidamente habilitados de acordo com a legislação vigente e das normas estabelecidas pelos órgãos competentes: admitidos por concurso público, por prazo indeterminado, no caso dos professores efetivos, ou determinado no caso dos professores com contratação temporária. A escola possui uma orientadora educacional e equipe especializada de apoio à aprendizagem, formada por uma pedagoga e uma psicóloga, mas não possuem sala de recursos própria, sendo os atendimentos realizados nos polos destinados pela Coordenação Regional de Ensino do Gama-DF. A escola também conta com quatro porteiros, quatro vigias, cinco funcionários terceirizados, dois auxiliares em educação, um auxiliar administrativo e um auxiliar de secretaria.

Aqueles que ocupam a função de coordenadores na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal são escolhidas por meio de uma votação, antes da escolha de turmas, no início do ano letivo, pelo corpo docente e equipe de apoio à aprendizagem, e com aval da equipe gestora.

A equipe de coordenação pedagógica é composta por cinco coordenadores que, em sua maioria, são professores readaptados e desenvolvem seus trabalhos organizados por ano/bloco. A organização do trabalho da coordenação se dá com uma coordenadora responsável pelas turmas de educação infantil, uma coordenadora responsável pelos 1º anos, outra pelos 2º anos e ainda outra pelos 3º anos e um coordenador responsável pelos 4º e 5º anos. A atuação no conselho de classe pôde ser percebida através da fala de apresentação dos trabalhos e resultados desempenhados ao longo do bimestre, onde cada coordenador responsável resume brevemente a atuação da coordenação, no decorrer do tempo em questão, atuando juntamente com os professores que compõem o grupo de trabalho.

3.3 Caracterização da professora e do gestor participante da pesquisa

A caracterização da professora e do gestor participantes da pesquisa foi realizada a partir de um questionário de caracterização (APÊNDICE B). A professora possui graduação em matemática e pedagogia, sendo especializada em psicopedagogia, é servidora da SEEDF há 15 anos e trabalha na escola pesquisada há mais de 6 anos.

O integrante da equipe gestora da escola é formado em pedagogia e direito, trabalha na SEEDF há mais de 16 anos e atua no Centro Educacional Cata-vento há 9 anos.

3.4 Procedimentos para levantamento de dados

Para o levantamento dos dados foram adotados os procedimentos: a) análise documental do projeto político-pedagógico da escola (2018b), do Regimento Escolar da Rede Pública de ensino do DF (2015), e das Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF (DISTRITO FEDERAL, 2014b, 2018c); b) observação de três reuniões de conselhos de classe, com um total de 24 horas; e, c) entrevista semiestruturada com uma professora atuante no 3º ano do BIA e um representante da equipe gestora da escola.

3.4.1 Observação

A observação dos conselhos de classe de turmas de Bloco Inicial de Alfabetização (1º aos 3º anos) e segundo bloco (4º e 5º anos) do segundo ciclo do ensino fundamental ocorreu nos 2º e 3º bimestres letivos de 2018. No total foram observadas 24 horas de Conselho, sendo: dias 24 de abril o do 2º Bimestre; nos dias 26 e 27 de setembro para o conselho do 3º Bimestre, com 8 horas de observação cada.

A observação possibilitou verificar a coerência da prática de conselho de classe com o direcionamento proposto nos documentos norteadores e identificar os encaminhamentos propostos para reorganização do trabalho pedagógico de sala de aula da professora participante da pesquisa.

3.4.2 Análise documental

A análise documental teve o objetivo de embasar a pesquisa, em um âmbito legal e das propostas teóricas e metodológicas para o conselho de classe proposto às escolas e a forma como são orientadas as medidas e formas de execução do processo de ensino-aprendizagem. Os documentos analisados foram o projeto político-pedagógico da escola (2018b), as Diretrizes de Avaliação Educacional da Secretaria de Educação do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2014b, 2018c) e o Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do DF (DISTRITO FEDERAL, 2015).

3.4.3 Entrevista semiestruturada

Uma das características da entrevista semiestruturada é o uso de um roteiro previamente elaborado e, segundo Lüdke e André (1986, p. 33-34) a entrevista está entre os instrumentos básicos de coleta de dados e é uma das principais técnicas de trabalho para a pesquisa qualitativa, pois “a grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”. A entrevista permite detalhamentos, esclarecimentos e adaptações que auxiliam na obtenção de informações.

As entrevistas foram realizadas com o diretor da escola, representando a equipe gestora e com uma professora do BIA. O roteiro de entrevista semiestruturada (APÊNDICE C) seguiu a linha histórico-cultural (dialética) abordada por Triviños (1987, p. 150), em que sua diferenciação à fenomenologia se dá ao passo que essa tem o objetivo de atingir o máximo de detalhamento na descrição de fenômenos sociais e aquela busca determinar as razões do fenômeno social.

Apresentados o percurso metodológico da pesquisa, no próximo capítulo os dados serão analisados em um processo que buscou articular a teoria à empiria com o objetivo de compreender a relação entre o conselho de classe e o trabalho pedagógico de uma professora dos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola da Cidade do Gama - DF

4 CONSELHO DE CLASSE: O PROPOSTO, O DITO E O FEITO

Neste capítulo serão discutidos os pressupostos teórico-metodológicos que embasam os conselhos de classe na rede pública de ensino do DF, a partir leitura das Diretrizes de Avaliação Educacional da SUBEB/SEEDF (DISTRITO FEDERAL, 2014b, 2018c), do Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do DF (DISTRITO FEDERAL, 2015) e do projeto político-pedagógico (PPP) da escola (DISTRITO FEDERAL, 2018b), para compreendermos *o proposto* do ponto de vista institucional. Na sequência serão analisadas as narrativas dos participantes da pesquisa, *o dito*, com o objetivo de compreender suas concepções de conselho e sobre como ele tem influenciado o trabalho pedagógico de sala de aula da professora pesquisada. Para fechar a análise, serão discutidos os dados das observações dos conselhos realizados em dois bimestres letivos de 2018, para compreender o seu desenvolvimento e encaminhamentos para a organização do trabalho pedagógico da professora, *o feito*.

4.1 Conselho de classe: o proposto

O conselho de classe é, segundo Veiga (2011, p. 13), “espaço de planejamento, organização, avaliação e retomada do projeto político-pedagógico da escola” e se faz político quando há prática intencional de “formação do cidadão para um tipo de sociedade”. A formação desse cidadão requer o cuidado de um olhar crítico para a prática pedagógica no sentido de autoavaliar e ressignificar, quando necessário, os elementos que conduzem à construção das aprendizagens de todos os estudantes.

Com esse intuito, as Diretrizes de Avaliação da SUBEB/SEEDF, destacam que “o conselho de classe se torna formativo quando planejado e executado com a intencionalidade de acompanhar para intervir, didaticamente, a fim de garantir as aprendizagens de todos” (DISTRITO FEDERAL, 2018c, p.33). A proposta é que o conselho não tenha suas atividades voltadas para os “alunos-problema”, mas que seja um espaço de contribuição para a organização e reorganização, quando necessária, do trabalho pedagógico da escola e do professor, reforçando os sentidos atribuídos por Villas Boas (2002).

Em consonância com as Diretrizes, o Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do DF em seu Art. 29 dispõe que “o conselho de classe é órgão colegiado integrante da gestão democrática e se destina a acompanhar e avaliar o processo de educação, de ensino e das aprendizagens” (DISTRITO FEDERAL, 2015). De acordo com Brandão (1985, p. 7), “os

pedaços da vida do indivíduo se inserem no ato de aprender e ensinar”. Avaliar o processo de ensino que engloba a organização do trabalho pedagógico como um todo, bem como avaliar as aprendizagens, os objetivos alcançados, o desempenho das plurais formas de aprender de cada indivíduo.

As Diretrizes de Avaliação apontam que o conselho de classe “cumpre papel relevante quando consegue identificar o que os estudantes aprenderam, o que eles não aprenderam e o que deve ser feito, por todos, para que as aprendizagens aconteçam” (DISTRITO FEDERAL, 2014b, p. 281), essa ressignificação também cabe ao projeto político-pedagógico que está em constante adaptação ao contexto escolar.

O Centro Educacional Cata-vento adota o conselho de classe participativo, com caráter deliberativo, como momento de reflexão, avaliação, tomada de decisão e reavaliação do processo ensino-aprendizagem. No PPP, a escola indica como finalidades do Conselho:

- a. Avaliar o desempenho escolar da turma e individualmente dos educandos, a relação professor/aluno, a relação entre os educandos e as questões referentes ao processo pedagógico, no decorrer de cada bimestre letivo;
- b. Encaminhar ações pedagógicas a serem adotadas, buscando novas alternativas pedagógicas, que possibilitem melhoria no desempenho escolar do educando;
- c. O Conselho Escolar tem autonomia de deliberar, em seu parecer final, não cabendo recurso em outra instância da escola. O Conselho de Classe é realizado a cada final de bimestre, o mesmo é registrado em ata, resguardando seu caráter pedagógico. (DISTRITO FEDERAL, 2018b, p.38) [grifos da pesquisadora]

Destaca-se do texto acima a preocupação da escola em garantir que o conselho de classe se constitua em espaço favorável à discussão do trabalho pedagógico com vistas à melhoria do desempenho escolar dos estudantes, avaliando não apenas o desempenho individual, mas também, o desempenho da turma como um coletivo. Esse aspecto é relevante, pois conforme destaca Dias e Soares (2017) o conselho de classe tem focado suas análises no desempenho individual dos alunos, o que impede que “os momentos de avaliação coletiva da escola nem sempre se voltam para analisar seus processos internos com vistas à melhoria do planejamento” (Id, p. 56).

De acordo com o PPP da escola o conselho procura resguardar seu caráter pedagógico se organizando em 3 momentos: Pré-Conselho, conselho de classe participativo e pós conselho (DISTRITO FEDERAL, 2018b).

O *pré-conselho* embora realizado com o objetivo de diagnosticar o desempenho da turma, possibilita registros em pastas individuais dos alunos. O *conselho de classe* caracteriza-

se pela reunião com professores, equipe pedagógica, coordenadores, supervisores pedagógicos e um dos membros da equipe gestora, com o intuito de analisar se os objetivos, processos, conteúdos e avaliação estão coerentes com o trabalho pedagógico da escola. Dessa reunião são retirados encaminhamentos coletivos para atender as necessidades de mudança, e/ou direcionamento dos aspectos levantados no diagnóstico das turmas.

O *pós-conselho* possibilita a retomada dos conteúdos e metodologias de ensino por parte do professor, é realizado nas coordenações pedagógicas coletivas, onde são discutidos gráficos de desempenho e rendimento dos alunos para sistematizar, organizar e melhorar estratégias no processo de ensino e aprendizagem.

Portanto, na busca por coerência com o processo de avaliação, o conselho de classe compõe o processo avaliativo e reúne diferentes pareceres de diferentes sujeitos, sob diferentes perspectivas. O conselho possui função mediadora e ao término do ano letivo, assume caráter deliberativo quanto ao processo de avaliação somativa. Nesse sentido, segundo Santos (2006) o conselho de classe tem o papel de validar o parecer emitido pelo professor com o objetivo de reduzir ao máximo as concepções tradicionais de educação e avaliação que legitimam o professor como único detentor da tomada de decisões e o aluno como mero executor dessas. Em caso de divergências, o conselho de classe prevalece sobre a decisão do professor e exerce o papel mediador enquanto espaço de discussão e exposição de diferentes olhares que contribuem para a avaliação no processo educativo.

A partir da análise dos documentos é possível perceber que há convergência e unidade na proposta de conselho de classe. O objetivo é a avaliação formativa que acompanha o processo como um todo e propõe alternativas e estratégias que promovam o alcance dos objetivos de aprendizagem dos alunos. O foco é a construção do saber-fazer pedagógico.

4.2 Conselho de classe: o dito

Como vimos no tópico anterior, o PPP da escola tem suas definições sobre o conselho de classe em consonância com os documentos norteadores da Secretaria de Educação – Regimento Escolar (DISTRITO FEDERAL, 2015) e Diretrizes de Avaliação Educacional (DISTRITO FEDERAL, 2014b, 2018c). Neste tópico o objetivo é discutir as concepções de conselho de classe expressas pela professora e gestor escolar, a partir de informações levantadas por meio das entrevistas.

As informações das entrevistas com a professora e o diretor da escola serão analisadas em um processo de articulação da teoria estudada e as percepções dos sujeitos. Ao serem questionados a respeito dos documentos norteadores para o conselho de classe, o gestor respondeu:

Os documentos? São vários né?! Desde a própria LDB até o mais simples que são diretrizes da própria Secretaria de Estado da Educação - DF, só que esses, digamos assim, esses elementos, eles também te deixam de uma certa forma livre para você agir. Só te norteiam, mas esse norte que é dado é o da necessidade de se fazer o conselho, de garantir que o conselho exista para que você possa também garantir ao aluno que ele tenha condições de uma avaliação mais justa, né. Uma avaliação mais afirmativa, uma avaliação, digamos assim, mais justa mesmo, mais completa do que faria apenas um professor avaliando no decorrer das suas atividades. Mas só que é o que eu te falo, o conselho em si ele fica a cargo de cada entidade, de cada instituição. Cada instituição faz seu conselho. (Gestor)

De acordo com a Lei de Gestão Democrática, nº 4.751, de 07 de fevereiro de 2012, a escola possui autonomia nas esferas pedagógica, administrativa e financeira. Cada unidade escolar formula e implementa seu próprio projeto político-pedagógico desde que estejam de acordo com as normas e diretrizes da rede pública de ensino do Distrito Federal. A Lei referida também define que as normas de funcionamento do conselho de classe serão elaboradas por cada unidade escolar, em conformidade com as diretrizes da SEEDF, mas deixa previamente estabelecido que o conselho se reúne ordinariamente uma vez a cada bimestre, bem como, indica a obrigatoriedade de participação dos representantes de cada segmento da comunidade escolar (BRASIL, 2012). Diante disso, o gestor da escola pesquisada se orienta pelo que indicam os documentos da SEEDF, sistematizando no PPP, documento da escola que representa a sua organização escolar (DISTRITO FEDERAL, 2018b).

Para o gestor o conselho de classe é um momento oportuno de se verificar todo o procedimento pedagógico adotado durante o período escolar a ser avaliado: Ele destaca que o conselho interfere no trabalho pedagógico da escola:

Interfere diretamente porque a partir dali você faz um novo direcionamento para planejamento, para procedimento, encaminha todas as ações que você entende que foram discutidas no conselho que precisam ser aplicadas para poder resolver os problemas apontados. (Gestor)

Para o gestor, o conselho possibilita avaliar procedimentos, planejamento, rendimento e todo o arcabouço de dificuldades que o aluno encontrou no decorrer do bimestre, semestre e ano letivos. As principais potencialidades por ele indicadas são: as oportunidades de debate coletivo a respeito de todas as ações que foram e serão implementadas, verificar falhas, perceber o que não foi aplicado adequadamente e ainda o que não obteve o resultado esperado. A visão

do gestor sugere um conselho de classe com função formativa, pois retroalimenta o trabalho da escola e dos professores e gestores. A avaliação gera *feedback*, que segundo Villas Boas “diz respeito à informação, ao próprio estudante, de quão bem-sucedido ele está sendo em suas aprendizagens” (BLACK; WILIAM, 1998, p. 7; SADLER, 1989, p. 120 apud VILLAS BOAS, 2017, p. 159).

O gestor destaca os diferentes formatos de conselho de classe propostos pela escola a cada bimestre como um ponto positivo a ser considerado, mas reconhece as dificuldades para imprimir qualidade ao conselho:

O formato de conselho que a gente tem como concepção de trabalho ainda é um formato muito engessado. A gente procura inovar, procura trazer novos conceitos para a aplicação e o desenvolvimento do conselho, mas os próprios colegas, ainda têm uma visão muito engessada de conselho de classe, de que o conselho você tem que apresentar apenas aquele formato de que a turma tal tem rendimento tal ou o aluno tal tem dificuldades tais e na verdade ele deve ser um conselho mais abrangente, você pode tratar de outros assuntos também. (Gestor)

A ênfase dada pelos professores ao rendimento e aos resultados dos alunos é criticada pelo gestor, por considerar que essa é uma lógica de avaliação quantitativa e classificatória. Ao mesmo tempo destaca a preocupação dos professores em apresentar o desempenho individual dos estudantes, baseados em resultados dos testes da psicogênese bimestralmente aplicados, na incessante busca pela justificação do “fracasso” e focam a responsabilidade dos resultados nas crianças.

Um dos fatores a ser considerado de acordo com o tipo de escola em questão é a participação dos pais e alunos no conselho de classe. Por se tratar de um Centro Educacional em que as crianças precisariam ser representadas pelos pais. O diretor também enxerga como dificuldade a inserção da comunidade escolar e aponta a negatividade de se ter somente a voz dos professores a respeito de cada turma e aluno específico:

Deveria ser um momento de trazer a participação não só dos alunos, mas da comunidade, porque é difícil você trazer a comunidade para o conselho. E também dos próprios alunos quando você pode fazê-lo né. Nesse caso nosso, é um pouco mais difícil. (Gestor)

O gestor demonstra preocupação com a frágil participação da comunidade escolar no conselho. Para Demo, a “educação que não leva à participação é deseducação, porque consagra estruturas impositivas e imperialistas e transforma o educador na figura central do fenômeno educativo” (DEMO, 2001, p. 53). Assim, para dar protagonismo aos alunos e famílias em um colegiado da maior relevância, como é o conselho de classe, requer da equipe gestora assumir o compromisso com o princípio da participação que consta na Lei de Gestão Democrática do

Sistema Público de Ensino do DF (BRASIL, 2012). Embora esta não seja uma tarefa simples, qualificaria ainda mais o espaço de avaliação e de tomada de decisões que caracteriza o conselho de classe.

No entanto, como forma de garantir a participação das famílias, o gestor destaca que a elaboração do PPP da escola é uma ação para que os pais e/ou responsáveis participem do conselho de classe. Segundo ele, é um documento construído por toda a comunidade escolar. Além disso, procura enviar informes nas agendas dos alunos a respeito do conselho de classe com informação de ajustes de horários em dias de conselho e o convite à participação dos responsáveis na reunião. Entretanto, encontra dificuldade em alcançar a participação e destaca:

Até pelos afazeres dos pais, pelas dificuldades, eles já participam muito da escola do ponto de vista das reuniões, das atividades coletivas e tudo mais, mas o conselho em si, de uma certa forma a gente não conseguiu ainda atingir o interesse dos pais. A gente tenta, mas ainda não conseguiu chegar nesse ponto. (Gestor)

O conselho de classe participativo, de acordo com Santos (2006), auxilia no desenvolvimento do aluno e contribui para a prática da avaliação formativa, quando possibilita a todos os envolvidos se responsabilizarem pela aprendizagem dos estudantes. Pais, alunos e a escola dividem a responsabilidade pelo educar. A autora também ressalta a importância do compromisso ético com uma avaliação justa quando se possibilita a participação e interação de todos os representantes da comunidade escolar no conselho de classe.

A participação é uma prática que se efetivada contribui para a avaliação formativa como conjunto de atividades desenvolvidas com o objetivo de captar informações que possibilitem ao aluno e ao professor identificarem o ponto de partida e o alvo que se pretende alcançar de forma que o aluno, participante desse processo, esteja ciente de porquê e como está sendo avaliado (Villas Boas, 2008). Assim, a avaliação não se resume ao momento de aplicação de um teste, mas é a análise de todo o processo formativo e suas evoluções e tem como objetivo a reorganização do trabalho pedagógico de forma que contribua com o movimento de um nível a outro na aprendizagem.

A participação dos docentes no conselho de classe é também um desafio para o gestor, como pode-se apreender da fala:

Para os próprios professores você tem que criar mecanismos para incentivar a participação sendo que obviamente o professor participa por uma certa obrigatoriedade né, mas para que ele participe de forma mais efetiva você tem que criar mecanismos, a cada conselho você tem que criar uma situação diferente, um formato diferente. Porque se você tiver o mesmo formato o ano todo cai também no engodo e aí não dá resultado. Mas a gente tenta. (Gestor)

A preocupação com o formato é mais uma vez ressaltada como um aspecto que desqualifica o conselho como espaço de avaliação do desempenho dos estudantes e do trabalho pedagógico da escola e da sala de aula. O gestor conclui seus apontamentos a respeito do que é negativo no conselho dizendo:

Como você tem um formato de conselho historicamente estabelecido, o que se faz é aquele conselho no final do bimestre, onde você reúne os professores, o professor relata como foi desenvolvida a atividade dele, as dificuldades da turma, enfim, esse modelo que é padrão. A gente tenta inserir algumas situações, como eu te falei, para a gente seria interessante mudar né. Eu acho que o formato do conselho é o que seria um pouco mais nevrálgico. Chega a um ponto que o conselho passa a ser quase que uma reunião de professores tratando de assuntos de dificuldades de alunos, isso é ruim. (Gestor)

Para ele, a solução seria um conselho permanente⁵ em que as ações fossem diluídas no decorrer do bimestre e não apenas uma reunião ao final de cada bimestre que avalia somente as dificuldades do aluno. A ideia de um conselho permanente é muito pertinente, principalmente quando se implementa uma proposta de organização escolar em ciclo que pressupõe assumir práticas de avaliação formativa em processo.

Villas Boas (2017) aponta a necessidade de implantação sistemática de encontros e reuniões para que professores avaliem, conjuntamente com coordenadores, o seu fazer pedagógico. A autora também aborda os mecanismos de controle da escola sobre o professor que, no trabalho pedagógico, é reduzido a uma pequena parte do todo e tem suas ações limitadas pelos gestores da escola e outras esferas superiores. Além do controle técnico, o professor organiza o trabalho realizado a partir de normas estabelecidas como horários de aula, reunião de pais, materiais didáticos, semana de provas e período de entrega de resultados, bem como o próprio conselho de classe. A problemática em torno desses apontamentos é o fato de que as normas que regem o trabalho pedagógico “costumam ser comunicadas aos professores e pais sem passar por processo de reflexão e análise, o que vai redundar em relações e ações burocratizadas, repetitivas, cristalizadas” (Id, p. 21), tal fato reflete na relação de obrigatoriedade do professor com o conselho de classe e promove a dificuldade de mudança de formato apontada pelo diretor.

Para a professora participante da pesquisa, o conselho de classe é:

É um momento onde nós professores nos reunimos com toda a gestão da escola e temos a oportunidade de expandir a vida dos nossos alunos, quais são suas dificuldades, quais são suas fragilidades, visando atacar esses pontos para um melhor ensino. (Professora)

⁵ O caráter permanente do conselho de classe possibilita sua convocação a qualquer momento para atender às demandas que requeiram análise e intervenção do colegiado.

Ao “expandir” a vida dos alunos para os participantes do conselho de classe, a professora tem a oportunidade de troca com os pares, de forma que contribua para sua análise e reorganização do trabalho pedagógico que não pode prescindir da autonomia pedagógica para planejar/replanejar. A autonomia no planejamento do docente pode, em algum momento, se tornar mecânica e sem intencionalidade, caso em sua autoavaliação da prática pedagógica não considere que seu trabalho compõe o projeto político-pedagógico. Nesse sentido, como alerta Silva (2017), o planejamento deve se constituir em um processo de reflexão crítica, contínua e intencional de todos os envolvidos no ato educativo, sendo as discussões e encaminhamentos do conselho de classe, orientadores.

Quanto à discussão do trabalho pedagógico no conselho de classe, foi possível perceber pelas falas dos participantes a preocupação em avaliar medidas que estão sendo adotadas por cada professor(a) em suas respectivas turmas e a contribuição com sugestões de ações oriundas da equipe pedagógica e também das outros(as) professores(as). A professora entrevistada destaca que essa influência do conselho de classe no trabalho pedagógico realizado em sala de aula se dá:

Avaliando os pontos colocados na mesa e interferências, principalmente na fala dos colegas, na troca de experiências, porque às vezes o que o colega me fala serve para eu aplicar em uma dificuldade que eu estou tendo em sala e eu não tive aquela ideia de fazer aquela ação e aí através da fala do colega surge essa ideia e eu consigo aplicar de acordo com a realidade da minha turma e surte efeito. (Professora)

Para a professora, essa contribuição do conselho de classe afeta positivamente o seu replanejamento de ações. De acordo com Soares e Fernandes (2018) o trabalho pedagógico colaborativo não se trata apenas do planejamento em conjunto, mas o efeito de sua aplicação está diretamente relacionado à avaliação, replanejamento e discussão também coletiva. Dos ganhos para a organização do trabalho coletivo da escola, se destaca a inclusão social de professores e, conseqüentemente, dos estudantes do ensino fundamental. A interação entre os pares no trabalho colaborativo também é positiva na articulação com PPP e possibilita o compromisso com as aprendizagens de todos.

A percepção da professora participante da pesquisa é de que, se pode atacar os pontos necessários com objetividade, sem que seja preciso expor a vida do aluno e ressalta a falta de foco dos pares ao abordar a situação de cada aluno individualmente, fugindo do cognitivo e abordando a sua vida pessoal:

A gente não consegue mudar a vida do aluno e o contexto social dele. Eu acho que a gente tem que bater mais no contexto escolar mesmo, no cognitivo do aluno, no que a gente pode fazer para ele alcançar os objetivos. Claro que a gente não pode deixar de considerar a estrutura social dele, mas também não

precisa trazer tão abertamente essa situação que desgasta o momento né e às vezes não tem muita importância. (Professora)

Constantemente o aluno é avaliado informalmente dentro da esfera escolar. Desde a sua entrada até a saída, não ocorrem apenas avaliações formais como provas, testes e atividades previamente programadas e aplicadas aos educandos, a avaliação acontece em todo tempo. Villas Boas (2008) aponta a avaliação informal como instrumento de grande utilidade quando bem aproveitada, mas também ressalta que em alguns casos, a avaliação informal na escola pode ser objeto de *bullying* por se tratar de informações que circulam pela escola.

Villas Boas (2017) salienta ainda, a avaliação informal como complementar da avaliação formal e está muito presente nos encontros do conselho de classe. Dentro do contexto apresentado – o conselho de classe – a avaliação informal pode se apresentar com duas funções diferentes: classificatória ou formativa. Na função classificatória “são apresentados comentários sobre a pessoa do estudante que não conduzem a encaminhamentos para o avanço de suas aprendizagens” (VILLAS BOAS, 2017, p. 104) e é nesse contexto que a professora entrevistada aponta a exposição da vida pessoal dos alunos como falha no conselho de classe da escola.

Na função formativa de avaliação no conselho de classe “os professores apresentam informações sobre o que cada estudante aprendeu e o que ainda não aprendeu e propõem os meios necessários para a conquista das aprendizagens por todos” (Id, p. 104). A preocupação com a responsabilização das famílias e a condição socioeconômica do aluno por parte da professora é pertinente e não condiz com o espaço de conselho de classe. Villas Boas (Id., p. 104) afirma ainda que comentários inconvenientes sobre a pessoa do estudante conduzem a um clima de hostilidade e desrespeito ao estudante a despeito de sua presença no conselho de classe.

Partindo desse diagnóstico a respeito do conselho de classe, a professora aponta proposições que possam gerar mudanças benéficas ao conselho e ao seu trabalho pedagógico e retrata um direcionamento de maior especificidade por parte da equipe gestora para que a reunião flua de maneira produtiva, evitando a perda do foco e a divagação por comentários e exposições que ela julga desnecessários.

Penso que é preciso direcionar esse conselho com perguntas mais objetivas e mais é... essas perguntas seriam assim: visando o bem... o que a gente quer do conselho... essas perguntas hoje elas não existem. O conselho é aberto e a professora vem e se ela tem vinte alunos ela fala dos vinte alunos dela. A gente não tem interesse em ouvir sobre os vinte alunos. Alunos que estão bons, estão bons. Agora os que estão ruins, esse sim a gente precisa ouvir para gente saber o que fazer, qual ação se vai tomar, qual a sugestão que cai na mesa para ela anotar essas situações e aplicar na sala dela e trazer esse retorno, né?! Então isso eu mudaria: um direcionamento melhor. Entendeu? E esse

direcionamento ele pode vir bem especificado e a gente não tem esse direcionamento tão especificado. (Professora)

As competências do conselho de classe têm por objetivo a análise e o acompanhamento do desempenho dos alunos no processo de ensino-aprendizagem. Essa análise visa reorientar as práticas pedagógicas para que todos alcancem os objetivos e competências propostos para a educação. Há a necessidade de ajustamento e adequação dos métodos e técnicas didáticas para alcançar esses objetivos também para alunos com dificuldades evidenciadas, portanto, o conselho de classe é ambiente de reflexão das práticas pedagógicas como um todo e de ações que visem resultados positivos que possam contribuir para o ajuste das ações individuais e coletivas. Os “alunos que são bons, estão bons” porquê? Quais são as ações que auxiliam esses alunos a permanecerem bons? Será que esses alunos “bons” estão de fato aprendendo ou apenas possuem maiores habilidades em desenvolver resultados esperados com os tipos de avaliação que estão sendo aplicadas à turma? De acordo com Santos (2006) essa avaliação não centrada apenas em alunos “problema” faz com que o conselho de classe pratique avaliação sob a ótica formativa de avaliação.

Para a avaliação do desempenho do estudante, a professora destaca que o papel do conselho de classe é trazer uma visão mais ampla da dificuldade do aluno e ter uma troca entre os pares para identificar problemas e soluções que, sozinha, muitas vezes não consegue identificar:

Então as ações, os projetos interventivos, os reagrupamentos, as aulas de reforço são oriundos do conselho de classe. É no conselho de classe que a gente chega à conclusão de que aquele aluno precisa dessas intervenções, então como a gente trabalha com avaliação contínua, a gente atende o aluno de acordo com a necessidade dele. (Professora)

As discussões do conselho de classe que geram encaminhamentos têm a coordenação pedagógica como espaço-tempo de aprofundamento e definições, favorecendo a construção do trabalho colaborativo. Nesse sentido, Soares e Fernandes (2018, p. 93) destacam que “a coordenação pedagógica pode representar o meio pelo qual os profissionais da educação possam consolidar suas aprendizagens, pois possibilita a construção coletiva, em contraposição a um trabalho fragmentado, individualizado [...]”. É no conselho de classe que, com a troca entre os pares e o trabalho colaborativo se percebe a necessidade de intervenções, bem como se discute com a equipe gestora e coordenadores pedagógicos quais ações podem contribuir para com o desenvolvimento do educando. O conselho de classe se articula com a coordenação pedagógica ao passo que todo o trabalho pedagógico está interligado. A coordenação pedagógica desenvolvida ao longo do bimestre visa o planejamento, o conselho de classe, como

espaço de discussão dos resultados desse planejamento para que haja um replanejamento, formando assim um ciclo de construção e ressignificação no intuito de promover o ensino aprendizagem de professores e alunos.

Como parte integrante da construção de conhecimento, respeitando os limites e tempos individuais e compreendendo a necessidade do coletivo, a escola busca ações que revertam o fracasso escolar. Políticas públicas educacionais como a escola estruturada em ciclos contribui para que a avaliação contínua compreenda um espaço de tempo maior e possível às aprendizagens do educando.

Em relação ao conselho de classe foi possível perceber ações que buscam implementar o ciclo na escola: no conselho do 3º bimestre a equipe gestora da escola optou por reunir as turmas por ciclos de aprendizagem, pois perceberam que o replanejamento de determinadas ações depende da contribuição dos pares inseridos no mesmo contexto, com objetivos comuns a serem atingidos. Reuniu-se então o BIA para avaliar as ações que visam a alfabetização dos estudantes.

A respeito dos documentos norteadores do conselho de classe, a professora destaca a ata de conselho para registro de apontamentos do professor a respeito da turma e de cada aluno em específico. Nesse documento deve-se registrar tudo o que foi identificado a respeito do aluno, quais foram as estratégias utilizadas para contribuir com o seu avanço e avaliar quais estratégias funcionaram e quais não funcionaram. A professora relatou que também é importante informar no documento quais são os alunos que serão aprovados para o próximo ano com alguma dificuldade, para que o próximo professor a trabalhar com aquele aluno tenha um ponto de partida para orientar seu trabalho pedagógico. Isso garante o processo de progressão continuada, objetivo da escola em ciclo. O resultado esperado do trabalho docente é a condição para o avanço dos estudantes ano a ano.

A professora ressaltou ainda, que sempre que inicia o trabalho em uma turma busca informações de atas de conselhos de classe que contenham dados dos alunos de sua turma para que se prepare e busque os principais pontos que devem ser observados para adotar medidas específicas. Ao ser questionada sobre qual legislação que baseava o conselho de classe, a professora apontou o Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do DF (DISTRITO FEDERAL, 2014a).

Em síntese, as falas dos entrevistados vão de encontro ao mencionarem como potencialidade do conselho de classe as oportunidades de planejamento e oportunidades de identificação da necessidade de intervenção, bem como quando mencionam o replanejamento a partir do trabalho coletivo desenvolvido no conselho. Porém, embora o gestor aponte

estratégias utilizadas para incentivar a participação dos professores no conselho de classe, a professora aponta a necessidade de melhora do direcionamento das reuniões.

No tópico a seguir a discussão ocorrerá a partir de registros de observações dos conselhos de classe realizados na escola.

4.3 Conselho de classe: o feito

Neste tópico serão discutidos os dados das observações dos conselhos de classe realizados na escola pesquisada, com o objetivo de compreender as suas contribuições para o trabalho pedagógico de sala de aula de uma professora dos anos iniciais do ensino fundamental.

Foram observados os conselhos de classe do 2º e 3º bimestres. De forma geral, o conselho de classe apresentou a seguinte dinâmica: entrega de uma pauta, impressa juntamente com a mensagem reflexiva aos membros presentes com o objetivo do conselho e pontos a serem abordados. A pauta foi entregue aos professores no início da reunião, demonstrando preparação da direção em relação à programação do conselho e aos assuntos abordados, embora tenha sido entregue aos professores no ato da reunião, o que de certa forma é empecilho para a que se organizassem antecipadamente. A rotina envolvia leitura de informes iniciais; leitura de uma mensagem motivadora que inspire o cuidado com a avaliação do outro. A condução feita por um membro da equipe gestora que, nos conselhos observados foram a supervisora e o diretor da escola, com a presença de pelo menos um coordenador, equipe pedagógica (psicóloga e pedagoga), orientadora educacional e professoras das turmas discutidas no dia.

A reunião do conselho do 2º bimestre ocorreu no dia 24/04/2018 e teve início às 08h05min com a seguinte pauta: autocrítica pedagógica, busca de soluções para os problemas pedagógicos; análise criteriosa da vida escolar do aluno, conselho inclusivo e respeitador das diferenças, reconhecimento do contexto familiar em que o aluno está inserido, integração da prática pedagógica como um todo e avaliação do trabalho da escola como um todo.

A supervisora deu início justificando a ausência do diretor da escola no conselho por estar em uma reunião externa e leu os objetivos do conselho de classe, escritos na programação impressa. A reunião em questão se referiu às turmas de 2º e 3º anos da escola (matutino e vespertino).

A palavra foi passada para a coordenadora do 2º ano (BIA) que iniciou sua fala com a leitura de uma mensagem de incentivo. Falou um pouco sobre as percepções gerais coletadas no período de atividades a serem discutidas e então passou a palavra às professoras de cada

turma, seguindo a ordem alfabética. Cada professora trouxe a realidade da sua turma, a situação geral, informando a quantidade de alunos e as específicas que via necessidade de citar no momento.

Após a fala de cada professora do 2º ano (BIA), a professora de Educação Física se posicionou a respeito da turma de 2º ano e em seguida a orientadora também apresentou para o grupo o seu trabalho realizado com os alunos da turma. Seguiu-se assim o trabalho e a avaliação com cada turma de 2º e 3º anos do BIA.

As professoras elogiaram o modelo de relatório enviado pela equipe gestora para análise das turmas. Disseram nunca ter tido um modelo para preenchimento que permitisse observar tantos detalhes. Em linhas gerais, os professores avaliaram a autonomia do aluno e as dificuldades de aprendizagem e consideraram o contexto familiar. A primeira parte da reunião foi encerrada às 12h09min pela supervisora da escola, que lembrou à equipe da necessidade de retornarem para a segunda parte da reunião do conselho de classe.

No período da tarde, a reunião iniciou às 14h00min com a seguinte pauta: reagrupamento, projeto de leitura e relatórios/reuniões de pais e mestres. O reagrupamento é uma atividade que possibilita a formação de grupos de estudantes de acordo com suas potencialidades ou dificuldades de aprendizagem e contribui para o desenvolvimento de atividades que atendam aos educandos que se encontram em níveis semelhantes de desenvolvimento de suas aprendizagens.

O reagrupamento foi discutido a partir da realidade de cada turma. Para isso foram afixados os gráficos de desempenho dos alunos no reagrupamento para uma visão geral do trabalho desenvolvido. As professoras puderam falar de suas experiências a respeito desse trabalho, fazendo sua avaliação e indicando críticas e elogios. De forma geral, destacaram o avanço dos estudantes com o reagrupamento, porém também foi perceptível a resistência das professoras com o reagrupamento interclasse, que envolve estudantes de toda a escola, para realização de atividades que atendam às necessidades de aprendizagem dos participantes.

Foram feitas avaliações positivas a respeito da organização do processo no que diz respeito ao fato de destinarem três dias seguidos para que toda a escola esteja envolvida no reagrupamento, facilitando o planejamento e organização das atividades. Porém, foi perceptível que a maioria das professoras presentes na reunião (2º e 3º anos – BIA) preferem o momento intraclasse do reagrupamento. Esse momento, de acordo com o guia prático de organização escolar em ciclos para as aprendizagens DISTRITO FEDERAL, da SEEDF, consiste na formação de grupos de alunos que compõem a mesma turma (DISTRITO FEDERAL, 2018d).

Em seguida, o projeto de Leitura para trabalhar literatura e música, foi colocado em discussão para ser construída proposta com os professores. As professoras escolheram o tema do projeto e se dispuseram a elaborá-lo juntas. Na sequência, houve uma orientação a respeito da produção de relatórios descritivos dos alunos e também da condução da reunião de pais e mestres, sendo a reunião encerrada às 17h47min.

O conselho de classe do 3º Bimestre de 2018 aconteceu no período de 25 a 27 de setembro de 2018. O primeiro dia foi destinado à reunião das turmas de educação infantil, no segundo dia reuniram-se as turmas de 1º, 2º e 3º anos do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) e o último dia se dividiu em dois períodos de reuniões em que as professoras das turmas de 4º anos se reuniram no turno matutino e as das turmas de 5º anos no vespertino. As reuniões foram marcadas para terem início às 08h00min no turno da manhã e às 14h00min no turno da tarde. A supervisora deu início à reunião com informes e orientações, pediu que fosse feita a leitura do texto “Os cegos e o elefante” e prosseguiu abrindo espaço para as falas das professoras de cada turma em ordem crescente e alfabética, começando pelo 1º ano A, perpassando pelo 1º ano B e assim por diante até que chegasse ao 3º ano D. Essa organização, informes e leitura do respectivo texto se deu da mesma forma em todos os períodos destinados à reunião do conselho de classe do 3º Bimestre de 2018.

As professoras de cada turma a ser apresentada em seus determinados períodos compuseram a reunião do conselho de classe juntamente com o diretor, a supervisora, o coordenador pedagógico, a orientadora pedagógica e a equipe de apoio especializado (psicóloga e pedagoga). As professoras tiveram espaço de fala para exporem suas colocações a respeito da turma informando nominalmente quem são os alunos faltosos e com rendimentos comprometidos. Citaram os alunos que são encaminhados, expuseram o comparativo de evolução dos alunos de suas turmas comparados ao 2º bimestre de 2018 pontuando aqueles que permaneciam com dificuldade, os que haviam melhorado de desempenho, bem como os que tiveram avaliações negativas em relação ao bimestre anterior.

Na avaliação de sua turma, cada professora apresentou a situação dos seus alunos em termos quantitativos, em relação aos níveis de alfabetização em que a turma se encontrava e aproveitava esse espaço para relatar dificuldades no desenvolvimento do trabalho pedagógico e, quando necessário, propor melhorias e mudanças no processo de organização dos mesmos. Um dos apontamentos mais levantados foi a questão do calendário a ser cumprido diante das múltiplas atividades propostas pela escola e, às vezes, pela própria SEEDF a serem desenvolvidas paralelamente com as atividades de sala de aula.

As normas propostas pela equipe gestora determinam objetivos a serem cumpridos e atividades a serem desempenhadas e demandam tempo e dedicação das professoras, além da sobrecarga das atividades da própria escola. O que acaba comprometendo o planejamento das atividades voltadas ao processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, Villas Boas (2017, p. 18) aponta que a escola assume ações desnecessárias dentro do próprio ritual escolar que contribuem para a perda de tempo e compromete as aprendizagens dos alunos.

Quando necessário, a equipe de apoio especializado pontuava ações adotadas com o aluno em questão e emitia apontamentos referentes ao trabalho ou à dificuldade de sua realização com o referido aluno. A supervisora confirmava com a professora da turma apresentada se todas as informações reportadas eram registradas nas atas, bem como suas medidas para a contribuição com o desenvolvimento de cada aluno citado e dá seguimento à próxima turma.

As turmas são apresentadas individualmente, mas as outras professoras presentes no espaço do conselho também comentam sobre eventuais evoluções ou dificuldades apresentadas por alunos nos quais elas tiveram contato direto em outro momento. Isso de certa forma contribui para os professores reorganizarem seu trabalho pedagógico em sala de aula, em um processo de discussão que apresenta características de trabalho colaborativo.

4.4 As práticas de avaliação discutidas no conselho de classe

Os projetos interventivos e reagrupamentos foram avaliados no conselho de classe com a utilização de gráficos que indicavam a quantidade de alunos em cada nível (teste da psicogênese⁶) para cada turma. Cada professora comentava a avaliação diagnóstica usando o teste de sua turma e das outras também, indicando pontos positivos e negativos do trabalho realizado, bem como sobre datas propostas e propostas para sua realização. Por fim, destacaram nos gráficos o quantitativo de estudantes de cada turma que avançaram na escrita.

Foi possível observar a preocupação da equipe gestora em relação aos registros realizados pelas professoras na ata de conselho de cada apontamento feitos por elas na análise dos testes da psicogênese. O registro (RAV) é um documento oriundo da SEEDF e é padrão para todas as escolas. A ata de cada turma foi assinada por todos os presentes.

⁶ O teste da psicogênese possibilita compreender os processos de desenvolvimento da escrita da criança na alfabetização, que informa ao professor como ela constrói hipóteses de leitura e escrita. Se desenvolveu a partir dos estudos de Ferreiro e Teberosky (1986).

Houve também ênfase na discussão sobre os alunos com dificuldades de aprendizagem e comportamento e foi muito difícil perceber e ter acesso aos instrumentos de avaliação utilizados pelas professoras. O que foi possível observar na reunião do conselho de classe foi apenas um diagnóstico de todo o processo avaliativo realizado no decorrer do bimestre. Pouco se comentou sobre os instrumentos e métodos utilizados, exceto o “teste da Psicogênese” que é utilizado por toda a escola, padronizado e também tratado como instrumento coletivo de avaliação.

A importância de se discutir os procedimentos e instrumentos de avaliação, bem como os métodos de ensino, é parte do processo de reorientação e reorganização do trabalho pedagógico do professor. Villas Boas (2017) adverte para os riscos da aplicação de testes e a utilização dos resultados de maneira irresponsável. Os procedimentos e instrumentos utilizados devem contribuir para o processo contínuo de reflexão sobre as aprendizagens, bem como sobre o trabalho pedagógico anteriormente discutido como estrutura em constante reformulação com fins de alcance do avanço das aprendizagens.

Pouco se percebeu a respeito dos encaminhamentos para o próximo bimestre. As professoras relataram seus diagnósticos de turmas e outra professora comentou a respeito. Às vezes alguém sugeria alguma atitude de acordo com sua própria experiência ou até mesmo a partir de um contato anterior com o aluno citado e pouco se planejou para o bimestre subsequente. O planejamento coletivo reitera a coerência a ser mantida com o projeto político-pedagógico da escola e as diretrizes da rede de ensino, portanto o conselho deve reorientar o planejamento do professor afim de contribuir para manter essa coerência (SILVA, 2017).

A reunião basicamente tratou de relatório do bimestre que estava finalizando, ficando a cargo de cada professor as decisões pedagógicas a ser tomadas em relação à sua turma. Apresentar um relatório com decisões definidas não significa refletir coletivamente – objetivo de realização do conselho de classe. O trabalho individualizado, a decisão centrada no professor invalida toda a construção formativa que o conselho de classe deve e pode propor. O conselho de classe, nesse caso, atinge os objetivos de uma avaliação classificatória e centrada na autoridade do professor sobre o aluno, não se permite a reflexão ou análise dos pares para evitar desconforto, mas se apresenta situações constrangedoras quando se emitem comentários desnecessários a respeito do aluno. Nesse caso, o professor fica resguardado de constrangimento e o aluno exposto diante dos presentes de forma desnecessária.

Em relação à aprendizagem, a escola apresentou projetos de leitura e outros visando o processo de aprendizagem dos alunos, mas não fez apontamentos específicos para que as professoras os implementassem em suas turmas.

Outras decisões como mudança de turno ou turma foram indicadas para os alunos que apresentavam problemas de comportamento ou até mesmo em função de suas famílias. Diante do exposto, foi possível perceber que a família também é avaliada no conselho quando se faz colocações a respeito de determinado aluno. Como componente de uma avaliação informal, inserir comentários a respeito da família no conselho de classe não contribui para o desenvolvimento das aprendizagens do aluno, quanto mais se avaliar a família dentro do referido contexto para determinar medidas que interfiram nas relações do professor com o pai ou a mãe daquele aluno. O professor, a equipe pedagógica, a equipe gestora, devem buscar meios de melhorar a comunicação com os pais que não se adequam ao esperado, em contrapartida, planejam ações como mudar o aluno de turno para evitar conflitos entre pais e mestres.

O conselho de classe observado levantou apenas relatórios de avaliações que já haviam sido fechadas e o veredito dessas avaliações foram apresentados em cumprimento de uma exigência institucional e de preenchimento de fichas e atas. Enquanto a própria equipe gestora apresentar o conselho de classe como uma obrigação burocrática a ser cumprida e não como um espaço de efetiva contribuição para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem de todos os envolvidos no ato educativo, a visão acerca do conselho será a mesma. Portanto, a realidade que se busca mudar no conselho de classe é torná-lo de fato um colegiado que contribua para avaliar o trabalho e não apenas os estudantes, e que subsidie o trabalho pedagógico de sala de aula.

A observação possibilitou perceber um ambiente de prestação de contas sem que houvesse um espaço significativo de colaboração dos pares na construção da avaliação da turma. Assim, o foco dos relatórios apresentados eram os alunos “problemas”. Apesar do “aproveitamento” de informações obtidas no conselho a partir da fala dos participantes, o conselho de classe não propõe objetivos formativos e mediadores de um processo de construção coletiva e significativa para as aprendizagens.

Por fim, a proposta documentada apresenta o conselho de classe como lugar de replanejamento e de avaliação contínua com intenção formativa. Característica essa que pôde ser percebida nos apontamentos feitos pela professora e pelo gestor entrevistados. Em contrapartida, também foi possível identificar o foco nos “alunos problemas” a partir das observações feitas no âmbito do conselho de classe, sendo esse o objeto de maior discussão.

A proposta do conselho de classe é totalmente antagônica à ideia de trazer o “aluno problema” como protagonista desse cenário para simples exposição de justificativas do fracasso escolar. O conselho de classe deve buscar ressignificar e replanejar as ações que visem alcançar

o ensino e a aprendizagem de todos, fato pontuado pelos entrevistados como alvo a ser alcançado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se por meio desta pesquisa analisar as contribuições das reuniões do conselho de classe para a organização do trabalho pedagógico de uma docente dos anos iniciais do ensino fundamental de uma escola pública do Gama-DF, considerando que este é um órgão colegiado de papel mediador e posteriormente deliberativo acerca da avaliação dos alunos.

A partir da análise realizada e da fundamentação teórica acerca do conselho de classe e do trabalho pedagógico, foi possível compreender que a realidade vivenciada nos conselhos de classe necessita de uma atenção redobrada para que, de fato, transforme-se em um espaço de avaliação formativa.

A pesquisa possibilitou perceber que o conselho de classe é um colegiado que sofreu alterações significativas ao longo do tempo, mas ainda há muito o que avançar. A finalidade é que se torne um espaço de trabalho coletivo para além da validação de dados, que favoreça a reflexão acerca dos procedimentos e instrumentos utilizados no âmbito de sala de aula dentro da organização do trabalho pedagógico da escola. A construção de outra perspectiva de conselho de classe requer o planejamento de um trabalho pensado para estimular o desenvolvimento integral das crianças. O planejamento deve contemplar objetivos, métodos, recursos e avaliações, tendo em mente que se necessário é possível adaptá-lo de forma que acolha as necessidades dos estudantes e dos professores.

Dessa maneira é necessário que seja feito um estudo dos documentos que se referem à avaliação como um todo, bem como ao conselho de classe para que haja conhecimento das especificidades que englobam as práticas avaliativas, no sentido de conseguir conciliar a teoria com a prática, não se restringindo somente às experiências e ao senso comum.

Foi possível apreender também que os dados do conselho de classe do ponto de vista do proposto no PPP da escola, articula-se aos pressupostos teóricos e metodológicos descritos nas Diretrizes de Avaliação da SEEDF (DISTRITO FEDERAL, 2014b, 2018c).

A análise das Diretrizes, das informações das entrevistas com a professora e com o gestor e das observações das aulas, demonstra que a professora se preocupa com as fragilidades do conselho no que se refere ao uso equivocado da avaliação informal feita a respeito dos alunos. Ambos demonstram ainda, conhecerem os documentos que regem o conselho de classe.

A professora reorganiza o trabalho pedagógico pelos resultados da avaliação e experiências dos colegas compartilhadas no conselho de classe. Portanto, o reagrupamento, reuniões de conselho de classe, coordenação pedagógica, bem como os gráficos de desempenho

devem incentivar a cultura de responsabilização de todos pela organização do trabalho pedagógico, promovendo o trabalho colaborativo.

O gestor busca alternativas para a ressignificação da metodologia do conselho de classe a fim de alcançar o interesse dos docentes em utilizá-lo para a reorganização do trabalho pedagógico. A professora aponta a necessidade de direcionamento mais específico para se alcançar os objetivos do conselho de classe.

Por fim, o reconhecimento por parte dos participantes da pesquisa de que há aspectos que precisam ser revistos no conselho de classe e, ao mesmo tempo as tentativas para que o colegiado seja mais qualificado ao avaliar, sugerem que é possível unir teoria e prática em busca do sucesso da aprendizagem dos alunos. O trabalho colaborativo dos professores no conselho de classe é condição para a reflexão de novas práticas que contribuam para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem de todos.

6 PROJETO PESSOAL, ACADÊMICO E PROFISSIONAL: PERSPECTIVAS DE FUTURO

Ingressar na Universidade de Brasília parecia um sonho distante, algo que não estava ao meu alcance, como me disseram mais de uma vez. Mas me disseram um tanto de outras coisas que eu não poderia fazer porque não estava dentro do meu alcance. Bem, eu poderia ter acreditado em tudo isso, mas aqui estou eu concluindo meu curso que se concretiza com este trabalho.

É certo que a Universidade estava distante da minha realidade. É certo que eu não tive as melhores oportunidades na vida e principalmente na educação básica. Mas prossigo para a minha profissão, formada na Universidade tão sonhada e tudo ainda é só o começo de uma grande trajetória.

A UnB me ensinou muito, me fez conhecer pessoas, rever meus conceitos, me proporcionou angústias e também sonhos. Estou ansiosa diante da concretização do sonho de me formar e assumir de fato a posição para a qual me preparei ao longo desses anos. São novos desafios, mas saio daqui com o interesse de trabalhar como professora na escola pública, no Gama, cidade onde passei a maior parte da minha vida e resido hoje. Quero conhecer a escola, ministrar aulas, amadurecer, reconhecer, avaliar e me refazer para tão logo ingressar em outro sonho.

E viver sabendo que é preciso olhar para algum lugar e batalhar para alcançar o objetivo. Viver tendo a certeza de que é preciso observar, analisar, repensar, replanejar. Viver educação sem medo de errar e acertar, sem medo de arriscar e retornar, sem medo de ressignificar. Viver!

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 7.

BRASIL. Lei nº 4.751, de 07 de fevereiro de 2012. **Dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal**. Disponível em: http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/70523/Lei_4751_07_02_2012.html. Acesso em: 05 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Diário Oficial da União [da] República Federativa da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 12 jun. 2019.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Conselho de Classe e Avaliação**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2004.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Trabalho escolar e conselho de classe**. Campinas: Papirus, 1995.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 53.

DIAS, E. T. G.; SOARES, S. L. Conselho de classe: foco no projeto da escola ou na responsabilização dos estudantes? In: VILLAS BOAS, Benigna (Org). **Avaliação: Interações com o trabalho pedagógico**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2017.

DISTRITO FEDERAL. Conselho de Educação do Distrito Federal. **Coletânea de resoluções e seleção de pareceres normativos**. Brasília, DF: 2009.

DISTRITO FEDERAL. Conselho de Educação do Distrito Federal. Resolução Nº 1/2012-CEDF, de 11 de setembro de 2012. **Estabelece normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal**. Brasília, DF: 2012. Disponível em: http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/72655/Resolu_o_1_11_09_2012.html. Acesso em: 12 jul. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Conselho de educação do Distrito Federal. Resolução Nº 1/2018-CEDF, de 18 de dezembro de 2018. **Estabelece normas para a Educação Básica no sistema de ensino do Distrito Federal**. Brasília, DF: 2018a. Disponível em: https://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/d8fa1e9a820845abada0af6a5f61f402/cedf_res_1_2018.html. Acesso em: 10 jun. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Coordenação Regional do Gama. **Projeto Político-Pedagógico escola classe do Gama - DF**. Brasília, DF: 2018b. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/07/pppec02cregama.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo em Movimento da Educação Básica. Educação Infantil**. Brasília, DF: 2014a. Disponível em: http://www.se.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/Curri%CC%81culo-em-Movimento-Ens-fundamental_19dez18.pdf. Acesso em: 12 jun. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes de Avaliação Educacional**. 2014b. Brasília; Subsecretaria de Educação Pública, Triênio 2014/2016.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes de Avaliação Educacional**. 2018c. Brasília; Subsecretaria de Educação Pública, 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Guia prático - Organização escolar em ciclos para as aprendizagens Brasília, DF: 2018d**. Disponível em: http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/ens_fundamental_guia_ciclos.pdf. Acesso em: 06 jun. 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. 6 ed. Brasília, DF: 2015. Disponível em: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2016/10/regimento-escolar-rede-publica-de-ensino-df.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2019.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. p. 33-34.

SANTOS, Flávia Regina Vieira dos. **Conselho de classe: A construção de um espaço de avaliação coletiva**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, Edileuza Fernandes da. O planejamento no contexto escolar: pela qualificação do trabalho docente e discente. In: VILLAS BOAS, Benigna (Org). **Avaliação: Interações com o trabalho pedagógico**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2017.

SOARES, E. R. M.; FERNANDES, R. C. A. Trabalho pedagógico colaborativo no ensino fundamental. In: VEIGA, I. P. A e SILVA, E. F (Orgs). **Ensino fundamental: da LDB à BNCC**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, Ilma Passos A. Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org). **Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2011.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **“Bases pedagógicas do trabalho escolar I”**. Curso de pedagogia para professores em exercício no início de escolarização, v. 1. Brasília: FE/UnB, 2002.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. O dia a dia do trabalho pedagógico: contribuições para a formação do professor e dos estudantes. In: VILLAS BOAS, Benigna. (Org). **Avaliação: Interações com o trabalho pedagógico**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2017.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Virando a escola do avesso por meio da avaliação**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2008.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: O papel do conselho de classe para a organização do trabalho pedagógico nos anos iniciais do Ensino fundamental em uma escola pública do DF.

Coordenadora: Prof^ª Dr^ª Edileuza Fernandes Silva

Você está convidado a participar da pesquisa: “O papel do conselho de classe para a organização do trabalho pedagógico nos anos iniciais do Ensino fundamental em uma escola pública do DF”. Sua colaboração é muito importante para o desenvolvimento do estudo. A pesquisa não apresenta riscos físicos para você. Para subsidiar a sua decisão de participação livre e espontânea, a seguir apresentamos informações sobre a pesquisa. Antes de assinar o Termo, tire suas dúvidas, no entanto, caso surjam dúvidas no processo da pesquisa, os pesquisadores se dispõem a saná-las.

Objetivos específicos da pesquisa

1. Discutir os pressupostos/fundamentos teóricos que embasam o conselho de classe na escola;
2. Discutir as concepções de conselho de classe expressas pela professora e gestor da escola;
3. Compreender as contribuições das discussões do conselho de classe para o trabalho pedagógico da professora.

Procedimentos da pesquisa

- ✓ Sua participação consiste em compor o grupo de interlocutores da pesquisa.
- ✓ O procedimento é responder a um questionário para caracterizar o seu perfil e à entrevista semiestruturada com questões relativas ao tema da pesquisa.
- ✓ A observação se dá no ambiente do conselho de classe enquanto espaço de avaliação e construção de estratégias que influenciam na prática pedagógica em sala de aula.
- ✓ As datas e locais para levantamento das informações serão combinados com você.

Confidencialidade

- ✓ Seus dados serão analisados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- ✓ O material com as suas informações ficará guardado sob a responsabilidade dos pesquisadores com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade. Os dados e

instrumentos utilizados ficarão arquivados com os pesquisadores responsáveis por um período de 05 anos, e após esse tempo serão destruídos.

✓ Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em eventos científicos e publicações, entretanto, serão apresentados apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome ou qualquer informação que comprometa a sua privacidade.

Eu,

_____,
 RG _____ - SSP_____, após ser orientado (a) sobre os objetivos da pesquisa e dos procedimentos adotados concordo voluntariamente em fazer parte do estudo. Uma via do Termo de Consentimento será entregue a mim e a outra ao pesquisador.

Brasília, _____ de _____ de 2018.

 Participante da pesquisa

 Pesquisador (a)

Dados da coordenadora da pesquisa: Prof^ª Dr^ª Edileuza Fernandes da Silva

Instituição: Faculdade de Educação – Universidade de Brasília

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro

Faculdade de Educação

FE3 - Corredor 3 - AT 13/11

Asa Norte, Brasília - DF

Cep: 70910-900

Telefone para contato: (61) 981911893

TCLE_20 abril 2018

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO

Prezado (a) Professor (a),

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa “**O papel do conselho de classe para a organização do trabalho pedagógico nos anos iniciais de uma escola pública do Distrito Federal**”, realizada no âmbito da Programa de Iniciação Científica – ProIC da Universidade de Brasília, sob orientação da professora doutora Edileuza Fernandes da Silva. O objetivo deste estudo visa analisar as contribuições das reuniões do conselho de classe para a organização do trabalho pedagógico de sala de aula de duas docentes dos anos iniciais do ensino fundamental de uma escola pública do Gama-DF. Sua participação consistirá em responder ao questionário abaixo. As informações obtidas serão analisadas pela pesquisadora, estudante de graduação desta Universidade.

Agradecemos sua colaboração!
Brasília, 10 de novembro de 2018.

QUESTIONÁRIO

1) Favor preencher o quadro destacando sua formação e experiência:

Nome	
Data de Nascimento	
E-mail	
Naturalidade	
Formação superior	Curso: Instituição:
Especialização	Curso:

	Instituição:
Mestrado	Curso: Instituição:
Doutorado	Curso: Instituição:
Pós-doutorado	Curso: Instituição:
Tempo de docência na SEDF	() De 0 a 3 anos () De 10 a 15 anos () De 4 a 5 anos () De 16 a mais. () De 6 a 10 anos () _____
Tempo de docência na Escola Classe 02 do Gama	() De 0 a 3 anos () De 10 a 15 anos () De 4 a 5 anos () De 16 a mais. () De 6 a 10 anos () _____
Participa de Cursos na EAPE	() Sim () Não Se sim, qual:

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA – SEMIESTRUTURADA

Título da pesquisa: O papel do conselho de classe para a organização do trabalho pedagógico nos anos iniciais do Ensino fundamental em uma escola pública do DF.

Pesquisador (a): RHAÍSSA SHERI FREIRE DE SOUZA ROCHA

- 1. O que é o conselho de classe para você?** (compreender as concepções de conselho de classe expressas pelas professoras)
- 2. De que forma as discussões do conselho de classe interferem no seu trabalho pedagógico (reagrupamento, projeto de intervenção, metodologias, avaliação, relação professor-aluno, etc.)?** (compreender as contribuições das discussões do conselho de classe para o trabalho pedagógico das professoras)
- 3. Quais são as potencialidades e fragilidades das reuniões do conselho de classe?** (identificar potencialidades e fragilidades das reuniões do conselho de classe)
- 4. Se você pudesse mudar alguma coisa no conselho de classe, o que você mudaria?** (identificar potencialidades e fragilidades das reuniões do conselho de classe)
- 5. Qual é o papel do conselho de classe na avaliação do desempenho dos estudantes?** (Refletir sobre o papel do conselho de classe na avaliação de desempenho dos estudantes)
- 6. Quais os documentos que orientam o conselho de classe na escola?** (analisar os pressupostos/ fundamentos teóricos que embasam o conselho de classe na escola)